



# ANAIIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 100

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

Líder do Governo .....	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição .....	Durval Amaral
PTB .....	Carlos Simões
PFL .....	Plauto Miró Guimarães
PSDB .....	Ademar Traiano
PMDB .....	Antonio Anibelli
PPB .....	Duílio Genari
PT .....	Luciana Rafagnin
PDT .....	Neivo Beraldin
PSL .....	Luiz Carlos Martins
PL .....	Chico Noroeste
PPS .....	Waldir Leite
PSB .....	Doutor Luciano

## Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE NOVEMBRO DE 2003**

*(terça-feira)*

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Ofício:**

**OFÍCIO ASS Nº 05/2003**

Curitiba, 20 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Pelo presente venho comunicar a V. Exa., que estarei ausente do País, do dia 21 a 27 de novembro, na con-

dição de representante da Unale, junto à Copa - Conferência Americana dos Legislativos Estaduais.

Sem mais para o momento, reitero meus protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) **JOSÉ MARIA FERREIRA**

**Indicação:**

**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Venho por intermédio do presente indicar o ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, para ocupar a suplência do deputado Chico Noroeste, na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo meus protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) **MAURO MORAES**

Líder do PL

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 2717**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 695/2003, que visa alterar o parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 14.087, de 11.09.2003, Luz Fraterna.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) **RENI PEREIRA**

**REQUERIMENTO Nº 2723**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para os Projetos de Lei nºs 225 e 347/2003, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras Integradas de Pato Bragado, com sede no município de Pato Bragado e foro no município de Marechal Cândido Rondon; e que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Controle do Câncer Ginecológico de Londrina, com sede e foro no município de Londrina, respectivamente, ambos de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) **ELIO RUSCH**

**REQUERIMENTO Nº 2732**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 685/2003 (Mensagem nº 039/2003) - autoriza o Poder Executivo a doar à Compa-

nhia de Habitação do Paraná - Cohapar, imóvel situado no município de Araucária.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2733

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 683/2003 (Mensagem nº 037/2003) - cria o Fundo Rotativo da Polícia Militar do Paraná em benefício dos batalhões da Polícia Militar e Companhias Independentes.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2734

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 682/2003 (Mensagem nº 036/2003) - cria indenização por morte ou invalidez permanente de integrantes dos quadros da Polícia Civil, Militar e das Carreiras de Agentes Penitenciários e de Agentes de Execução, Função Educador Social do Paraná, nas Unidades Privativas de Liberdade, do Quadro Próprio do Poder Executivo, decorrentes dos atos ou fatos ocorridos no efetivo exercício de suas funções.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2735

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 660/2003 (Mensagem nº 034/2003) - autoriza o Poder Executivo a instituir o Fundo Estadual Antidrogas - FEA.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 2726

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 27 do corrente mês, (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2730

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER votos de pesar aos familiares do

Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, pelo falecimento ocorrido no dia 23 de novembro de 2003.

O ex-deputado federal e ex-vice governador do Estado do Paraná, Octávio Cesário Pereira Júnior, apesar de não ter nascido paranaense, foi uma grande autoridade política em nosso Estado, defendendo sempre os interesses da nossa terra, local onde realizou suas maiores obras. Pontuou toda sua vida política pela honradez, pela integridade, fosse no relacionamento com os companheiros de Partido ou com os adversários.

Tendo em vista a apresentação deste requerimento, solicitamos ainda a especial gentileza em notificar o Dr. Octávio Cesário Pereira Neto, sobre o voto em apreço, no endereço sito à Rua Belo Horizonte, 820, Londrina, Estado do Paraná, CEP: 80.020-260.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 2731

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de votos de congratulações e aplausos ao Jornal Folha do Boqueirão, pela comemoração de seus dez anos.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### JUSTIFICATIVA:

O jornal Folha do Boqueirão foi fundado em novembro de 1994 pelo jornalista Francisco Garcez e está no seu 10º ano de circulação ininterrupta, com periodicidade semanal e uma tiragem de 10 mil exemplares toda quarta-feira, com formato tablóide sendo 24 páginas, no total, destas, 8 coloridas, sendo o primeiro jornal de bairro de Curitiba a ter sua distribuição semanal.

Tendo sua distribuição gratuita em mais de 400 pontos de entrega nos bairros Boqueirão, Hauer, Xaxim, Uberaba, Sítio Cercado, Alto Boqueirão e o município de São José dos Pinhais. Sempre voltada às indústrias, comércios, entidades comunitárias, órgãos públicos, residências. É lido também por profissionais liberais, empresários e estudantes, atingindo, desta maneira, todas as classes sociais da região Sul.

Uma equipe formada por 15 funcionários, entre os quais três repórteres, informam à comunidade os principais assuntos de nossa região. As pautas desse semanário são compostas principalmente por acontecimentos de utilidade pública, sempre valorizando os aspectos e a população do bairro.

Anualmente, a Folha do Boqueirão edita uma edição especial, que é lançada em dezembro, com tiragem e número de páginas superior ao normal, divulgando os principais fatos e destaque que marcaram o ano.

Neste mês de novembro, a Folha do Boqueirão completa dez anos de luta pela comunidade, participando das principais conquistas do bairro nesse período. Dentre as conquistas, pode-se destacar a instalação do Corpo de

Bombeiros na Rua da Cidadania, iluminação do viaduto que liga o Boqueirão a São José dos Pinhais, manilhamento e asfalto em diversas ruas do bairro. Tudo isso e muito mais foi conquistado com a luta em conjunto com a comunidade, publicando matérias e principalmente cobrando solução para os problemas de nossa região. Por esses e outros motivos, a Folha do Boqueirão tem como slogan “o verdadeiro divulgador do bairro”.

Em suas matérias, a Folha também faz questão de ressaltar as pessoas que contribuem para o crescimento do bairro, sendo no esporte, nas artes, na política ou na sua estrutura.

Pela comemoração de seus 10 anos de existência, receba o jornal Folha do Boqueirão (Sr. Francisco Garcez - Rua Ten. Francisco de Souza, 3900 - Boqueirão - Curitiba/PR) os votos de congratulações e aplauso do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2738

Senhor Presidente:

Rafael Greca, deputado que este subscreve, pede a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações ao engenheiro Cássio Bittencourt Macedo, que neste mês de novembro recebeu do Instituto de Engenharia do Paraná, o Troféu Paraná de Engenharia, pelos relevantes serviços prestados à comunidade, nesta área; como também a Ramon Andrés Dória, na área de Construção; Hamilton Costa Júnior, na área de Ensino; Eduardo Francisco Sciarra, na área política e Odair Muller, na área de projetos e à aluna Danusa Heick Tavares, Acadêmica do Ano; receberam a premiação de profissionais destaque do ano, conferido todos os anos pelo instituto de Engenharia do Paraná.

Seja este voto encaminhado aos engenheiros homenageados: Cássio Bittencourt Macedo - Rua Bruno Filgueira, nº 73 - Ap. A 4 - Água Verde - CEP: 80.240-220; Ramon Andrés Dória - Rua João Viana Seiler, 116 - CEP: 80.220-220; Hamilton Costa Júnior - Rua Martim Afonso, 1181 - Ap. 602 - Mercês - CEP: 80.430-100; Eduardo Francisco Sciarra - Rua Petit Carneiro, 927 - Ap. 51 - Água Verde - CEP: 80.240-050; Odenir Muller, Rua Afonso Celso, 47 - Ahu - CEP: 80.540-270; Danusa Heick Tavares - Rua 7 de Setembro, 4853 - Ap. 2401 - CEP: 80.240-050.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) RAFAEL GRECA

#### REQUERIMENTO Nº 2724

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja expedido voto de louvor ao advogado Airton Keiji Ueda, eleito presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de Maringá.

A chapa liderada por Airton Keiji Ueda venceu a eleição da OAB subseção de Maringá com 665 votos. A diretoria eleita é formada ainda por Aníbal Bim, vice-pre-

sidente; Sílvio Luiz Januário, secretário geral; Saulo de Melo Jr., secretário geral adjunto e Ângela Cristina Contín Jordão, tesoureira. Integram também a diretoria 15 conselheiros e quatro suplentes.

A Assembléia Legislativa deseja ao presidente e aos demais membros da Diretoria da OAB subseção de Maringá votos de sucesso na gestão, e que desse trabalho resulte melhorias para a classe dos advogados maringenses.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2720

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações às policiais femininas do 1º Batalhão da Polícia Militar de Ponta Grossa, pelos vinte anos de competente serviço prestado à comunidade pontagrossense, salientando o pioneirismo e a derrubada de preconceitos que permearam todos esses anos de empenho.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência enviada ao Comando do 1º Batalhão de Polícia Militar, Rua Professor Cardoso Fontes, s/nº - Bairro da Ronda - CEP: 84.045-000 - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2721

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Albina Julia Nadal Borsato, ocorrido no dia 24 de novembro passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviado cópia do presente requerimento à família enlutada: General Carlos Cavalcanti, nº 512 - Uvaranas - CEP: 84.025-000, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2737

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, solicitando que o Ministério não obrigue os contribuintes idosos a abrirem conta bancária, a partir de 1º de janeiro de 2004, para o recebimento de aposentadorias acima de R\$720,00.

Esta medida do Ministério visa evitar fraudes e saques irregulares, mas de acordo com pesquisas ampla-

mente divulgadas pela imprensa nacional, estas irregularidades são insignificantes, em comparação ao transtorno que será causado aos idosos com a exigência da abertura de conta bancária. Esta solicitação também baseia-se no fato de que este delicado tema social necessita maior discussão e que acreditamos que o Ministério possa encontrar outras formas para eliminar as fraudes existentes no pagamento das aposentadorias.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 2729

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a V. Exa. que seja registrado nos Anais desta Casa de Leis, carta aberta da data que institui o dia 25 de novembro como o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher.

“Centro Legislativo Presidente Anibal Khury”

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 698/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação das Damas Hospitaleiras, presta relevantes serviços de promoção social e evangelização no município de Santo Antonio do Sudoeste há 23 anos. Não tem fins lucrativos e sim filantrópicos, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e atuação na cidade de Santo Antonio do Sudoeste.

Entre seus principais objetivos está o de criar, congregar, dirigir e manter instituições que visem a beneficência, a promoção humana, a educação, a cultura, a evangelização, o ensino e a assistência. Ao longo do tempo os benefícios da sua atuação deixaram marcas profundas nas várias comunidades em que a Associação se faz presente.

Mantém serviços assistenciais, inclusive através de convênios com entidades públicas e privadas, mantendo trabalhos de cultura, educação, saúde, em benefício de toda comunidade.

Face ao exposto, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 699/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Corredores de Rua de Curitiba - Acorba, com sede e foro nesta comarca de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Corredores de Rua de Curitiba, que ora encaminho para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada em 08.08.2001, como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com fins filantrópicos, assistencial, estimulador da prática desportiva e do convívio social, nas suas modalidades culturais, recreativas e esportivas, com sede e foro na cidade de Curitiba.

A instituição em apreço, além de defender os interesses de seus associados, desenvolve atividades que estrapolum o simples convívio interno e atingem segmentos outros, como os idosos, portadores de necessidades especiais. Desenvolve, também campanhas anti-fumo, de educação de trânsito e contra o câncer.

Face ao exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 700/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Terapeutas em Dependências Química APARTEdq, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) TADEU VENERI

#### JUSTIFICATIVA:

A documentação inclusa comprova que a Associação Paranaense dos Terapeutas em Dependências Químicas, preenche todos os requisitos legais exigidos para a declaração de Utilidade Pública.

#### PROJETO DE LEI Nº 701/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam os médicos veterinários proibidos de realizarem a cirurgia de cordotomia em cães e gatos.

Art. 2º - O descumprimento do disposto no artigo 1º desta lei sujeitará as seguintes sanções:

- I - multa no valor de 5.000 (cinco mil) UFIR's;
- II - perda das licenças estaduais para funcionamento da clínica e/ou atividades.

Art. 3º - O chefe do Poder Executivo deverá regulamentar outros procedimentos que se fizerem necessário para a implementação desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A cordotomia é uma cirurgia realizada em cães e gatos que "desliga" parte das cordas vocais desses animais objetivando impedir latidos ou miados estridentes.

A operação considerada como uma mutilação dura cerca de 15 (quinze) minutos e exige anestesia geral. Durante o procedimento, o bicho corre o risco de sofrer edema de glote, parada respiratória e paralisia de laringe, além de ficar exposto aos efeitos típicos da mudez por mutilação.

Segundo a literatura científica a cirurgia só traz benefícios ao dono e não ao bicho. O animal não tem culpa de morar num apartamento, de ficar boa parte do tempo sozinho e de latir para manifestar "descontentamento, solidão ou aproximação de estranhos".

O presente projeto de lei se insere, pois, no âmbito da proteção à natureza e ao meio ambiente, assim como à vida em seu pleno teor.

PROJETO DE LEI Nº 702/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autoriza a instalação da Usina Termelétrica, localizada no Distrito Industrial de Atalaia, município de Guarapuava

Art. 2º - A construção da Usina Termelétrica, mencionada no artigo 1º, desta lei, está condicionada ao cumprimento das formas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, nos termos da lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição, para instalação de uma Central Termelétrica, localizada no Distrito Industrial de Atalaia, município de Guarapuava, onde a mesma será acionada por queima de biomassa, através de caldeira de alto rendimento, produzindo vapor

de alta pressão, que aciona um conjunto turbo - gerador, com potência total de 10.000 kW.

Elaborado em estrita observância à legislação em vigor, especialmente as Resoluções 01/86; 06/87; 237/97 e 279/2001. Com a Licença Prévia, do IAP - Instituto Ambiental do Paraná, sob nº 1563, e tendo em vista o contido no expediente protocolado sob o nº 5460551-0.

Sendo assim, estamos apresentando a presente proposição, para submeter à alta apreciação desta Casa de Leis, afim de que se cumpra o Artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, que assim expressa:

"Artigo 209 - Observada a legislação federal pertinente, a construção de Centrais Termelétricas e Hidrelétricas, dependerá de projeto técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa, a de Centrais termoneucleares, deste projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária."

PROJETO DE LEI Nº 703/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Transfere do município de Guarapuava, o trecho da PRT-466, que liga a sede do distrito de Palmeirinha até a sede do município de Campina do Simão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela, objetiva a estadualização do trecho da PRT-466, que liga a sede do distrito de Palmeirinha, município de Guarapuava até a sede do município de Campina do Simão, em uma extensão total de 40,9 km.

A estadualização da estrada, justifica-se por ser intermunicipal, com um tráfego acima do normal para uma estrada municipal, gerando custos elevados para o município mantê-la. Vale ainda salientar que a estadualização será decisiva para o desenvolvimento econômico e a conseqüente melhora nas suas condições.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares, a fim de aprovar o projeto de lei em análise.

PROJETO DE LEI Nº 704/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Estadual efetuar a doação para o município de Agudos do Sul, dos imóveis situados na sede daquele município, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José dos Pinhais, matrículas nºs 16.780



e 17.847, datadas de 09 de julho de 1981 e 02 de dezembro de 1981, com área de 2.250,00 m<sup>2</sup> e 119.600,00 m<sup>2</sup>, pertencente ao Governo do Estado do Paraná e a Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha (Governo do Estado), respectivamente.

Parágrafo Único - A doação dos imóveis, a que se refere o *caput* deste artigo, deverão ficar gravados com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os imóveis ser utilizados exclusivamente para posto de saúde e estabelecimento de ensino para o município, respectivamente. Não poderá ser dada outra destinação aos imóveis, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direito ou ressarcimento.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.11.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresentamos, visa regularizar o investimento que o município de Agudos do Sul já está fazendo nos imóveis. O terreno cuja matrícula 16780 é de propriedade do Governo do Estado do Paraná, existe um posto de saúde com atendimento 24 (vinte e quatro) horas que atende o município.

A Prefeitura Municipal de Agudos do Sul já fez vários investimentos neste imóvel (ampliação e reforma). Hoje, a Prefeitura está, novamente, investindo recursos financeiros, ampliando a área construída para 80 (oitenta) m<sup>2</sup> e colocando novos aparelhos hospitalares, para melhor atender a população.

O imóvel cuja matrícula é 17847 pertencia a Prefeitura de Agudos do Sul, foi doado para o Governo do Estado do Paraná (Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha) para construção de um posto de saúde. Hoje, não existe mais este posto de saúde, em seu lugar foi construída a Escola Municipal Cecília Meirelles, com área construída de 700 (setecentos) m<sup>2</sup> e um ginásio de esportes com área de 650 (seiscentos e cinquenta) m<sup>2</sup>. O que restou do terreno, sem edificação, será usado para futuras ampliações na escola.

O total de investimentos financeiros feito pelo município nos terrenos de matrículas 16780 e 17847 supera o valor nominal dos imóveis. Para regularizar recursos depositados nestas propriedades o Governo do Estado do Paraná deveria doar estes imóveis para Prefeitura de Agudos do Sul.

Por se tratar de matéria de elevado cunho meritório, esperamos contar com os nobres pares desta Assembléia Legislativa, para apoiarem a nossa iniciativa.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está aberto o prazo de três dias para oferecimento de emendas, conforme dispõe o artigo 192 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a qualquer proposta de emenda à Constituição.

Como tem uma proposta formulada pelo deputado Bradock, devidamente apoiada por mais de 30 senhores deputados, então fica aberto o prazo para emendas no referido projeto.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente e nem no Grande Expediente, porque está reservado à CPI da Copel.

Consulto os deputados que integraram a referida Comissão, quem fará a leitura do relatório.

Com a palavra o deputado Vanderlei Iensen.

#### O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

A nossa CPI finalmente chegou ao fim e nós vamos ouvir, dentro de instantes, a leitura do relatório pelo deputado Ratinho Júnior.

Queremos expressar a nossa satisfação em concluir este trabalho, extensivo, um trabalho até certo ponto desgastante, mas que teve seus méritos, os seus frutos e o resultado nós apresentamos hoje aos senhores deputados, as conclusões que nós chegamos.

Gostaria, em nome dos deputados desta CPI, de fazer um agradecimento especial ao nosso presidente Marcos Isfer. O deputado Isfer foi um companheiro que dirigiu os trabalhos com muita lisura, com muito equilíbrio. E não somente ele e os demais deputados que estiveram presentes foram, para nós, momentos que pudemos aprender muito desse processo legislativo do que acontece numa comissão parlamentar de inquérito.

Por isso, gostaria neste momento de abrir o espaço para o deputado Ratinho Júnior que vai estar lendo, em nome dos nossos parlamentares, o relatório final da CPI da Copel.

#### O SR. RATINHO JÚNIOR

Obrigado, deputado Vanderlei Iensen, por ter feito a abertura do nosso relatório.

O relatório, na verdade, é um resumo do relatório final da CPI da Copel, um relatório que tem 65 páginas e colocamos neste resumo os pontos principais e mais importantes para apresentar aos deputados e deputadas desta Casa.

(Lê):

#### “1. APRESENTAÇÃO

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 1.579/52<sup>1</sup> (que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito), e com os objetivos de trazer a público a síntese de todas as atividades desenvolvidas pela “CPI da Copel”; expor as conclusões obtidas pelos sub-relatores – delimitando-as e expondo novas questões; indicar sugestões e propor a ela-

1. “Art. 5º - As Comissões Parlamentares de Inquérito apresentarão relatório de seus trabalhos à respectiva Câmara, concluindo por projeto de resolução.”

boração de projetos de lei, apresentamos o presente **Relatório Final**, após ser procedida ampla apuração dos fatos que deram origem a formação da comissão.

Foram meses de trabalho, buscando perquirir a verdade e esclarecimentos sobre pontos controvertidos, mal explicados, e, até mesmo, ilegais que nortearam alguns atos de dirigentes na Copel, os quais resultaram em perversos negócios para a mesma, ao erário público e, por consequência, ao povo do Paraná.

Ao final deste relatório, especificamente nos itens 6.1 e 7, foram elencadas as condutas dos dirigentes que, em tese, contrariaram normas legais, especialmente à Lei de Improbidade Administrativa, a fim de que sejam adotadas as medidas legais, após a remessa deste relatório ao Ministério Público.

Importante destacar que esta comissão sempre atuou assegurando, em todos os momentos, os direitos constitucionais atinentes à ampla defesa e ao contraditório, com o intuito de resguardar direitos fundamentais de todos os que prestaram depoimentos ou de qualquer forma colaboraram com as investigações. Todavia, tal cuidado e respeito não impediram uma ampla e irrestrita investigação, com a participação ativa dos integrantes desta Comissão parlamentar de Inquérito.

Neste contexto, faço meus especiais agradecimentos aos sub-relatores, deputados Tadeu Veneri, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen e Durval Amaral, que, com consciência de sua função pública e presteza, colaboraram decisivamente na elaboração deste relatório, através da composição dos seus sub-relatórios.

Inolvidável também que a CPI foi permanentemente auxiliada pela equipe de assessoramento da Assembléia Legislativa, a quem rendemos nossas homenagens e agradecimentos: Wilson Penka, Dr<sup>a</sup> Idília Débora Gineste, Solange Mann, Ceni Bregenski, Giselle Nardi, Luiz Alberto de Lima e Alaor Valente Tavares.

Também merecedoras de reconhecimento e agradecimentos as condutas dos Promotores de Justiça, Dr. Marcelo Alves de Souza, Dr. José Geraldo Gonçalves e Dr. Guilherme Freira Teixeira, que prontamente se dispuseram a auxiliar nos trabalhos desta CPI quando solicitados a fazê-lo, prestando esclarecimentos de fundamental importância a nossas investigações.

É preciso que se diga, ainda, que recebemos salutar assistência de funcionários da Copel, que, com espírito público, nos auxiliaram em esclarecimentos dentro de suas respectivas áreas de conhecimento, pois muitos dos assuntos tratados revelaram-se demasiadamente técnicos, e suas elucidações foram primordiais para o desenrolar das investigações.

Alguns fatos objeto de investigação desta CPI já haviam sido analisados e, inclusive, foram objeto de interposição de ações judiciais pelo Ministério Público do Estado do Paraná, como, por exemplo, o caso atinente a venda de créditos tributário para a empresa Olvepar. Porém, esta CPI desempenhou seu papel, assegurando uma investigação perfunctória, em busca de fatos que

ainda não restavam esclarecidos, prestando agora à sociedade conta dos trabalhos realizados.

É cediço, pois está na Constituição Federal, que os poderes conferidos as Comissões Parlamentares de Inquérito, pelo artigo 58, parágrafo 3º<sup>1</sup> limitam-se exclusivamente à investigação dos fatos, não tendo a CPI funções próprias de acusação, atribuídas legalmente ao Ministério Público. Sendo certo também que não pode aplicar espécie alguma de punição aos investigados. O escopo primordial de sua atividade é a produção e atualização legislativa, como forma de defesa dos interesses da sociedade. *“Além de apurar fatos ligados ao Executivo, merecedores de denúncias, uma CPI pode colaborar para o aperfeiçoamento da legislação, sugerindo a feitura de diplomas normativos para a regulamentação de situações concretas.”* (Bulos, Uadi Lammêgo, in Comissão Parlamentar de Inquérito Técnica e Prática, Ed. Saraiva, 2001, p. 17)

Importante esclarecer que, ante a existência de diversos fatos objeto desta comissão, decidiu-se dividi-los em quatro sub-relatorias, para que, individualmente apurados, fossem mais didática e pormenorizadamente analisados. Há preceito legal autorizando tal conduta, pois o parágrafo 2º do artigo 5º da Lei 1.579/52, assim permite: *“se forem diversos os fatos objeto de inquérito, a comissão dirá, em separado, sobre cada um, podendo fazê-lo antes mesmo de finda a investigação dos demais.”*

Deste modo, concluídas as investigações, o presente relatório final se mostra uma síntese desses sub-relatórios, preocupando-se precipuamente em apontar novos caminhos à atuação administrativa e indicar as condutas lesivas ao patrimônio público, para fins de punição dos responsáveis e ressarcimento ao Erário. Em momento oportuno este será enviado ao Ministério Público deste Estado, no qual depositamos nossas esperanças, para que, no uso de suas atribuições constitucionais, faça o trabalho desta CPI produzir outros frutificativos resultados. Pois, outra não é a finalidade de uma CPI senão a de: *“apurar fatos determinados, evitados de improbidade, com vistas à elaboração de um relatório, o qual fornecerá subsídios para que se pro-*

1. “Art. 58 - O Congresso Nacional e suas Casas terão Comissões Permanentes e Temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo Regimento ou no Ato de que resultar sua criação.

§ 3º. As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”



*mova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.*

Além desse objetivo, não podemos olvidar de outro igual e importante objetivo: contribuir na elaboração de leis, para combater condutas irregulares, políticas públicas inadequadas e, em especial, atos de improbidade administrativa e todas as formas de abuso de poder. E como se pode observar ao final do presente relatório, esta comissão, estreme de dúvida, se prestou a este relevante mister.

Por fim, acrescente-se que fazem parte deste relatório todos os documentos anexos aos sub-relatórios, bem como, e evidentemente, os próprios sub-relatórios, além de todos os depoimentos prestados e documentos recebidos pela comissão de relevante interesse e necessários a eventuais medidas judiciais.

## 2. DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

### Presidente:

Deputado MARCOS VALENTE ISFER (PPS)

### Vice-Presidente:

Deputado ADEMAR TRAIANO (PSDB)

### Relator:

Deputado RATINHO JUNIOR (PPS)

### Sub-relatores:

Deputado ALEXANDRE CURI (PMDB), Deputado VANDERLEI IENSEN (PMDB), Deputado TADEU VENERI (PT), Deputado DURVAL AMARAL (PFL)

### Demais membros titulares:

Deputado VALDIR ROSSONI (PTB), Deputado FERNANDO RIBAS CARLI (PP)

### Membros Suplentes:

Deputado WALDIR LEITE (PPS), Deputado FRANCISCO BÜHRER (PSDB), Deputado DOUTOR LUCIANO (PSB), Deputado PADRE PAULO CAMPOS(PT), Deputado BARBOSA NETO (PDT), Deputado ANTONIO ANIBELLI (PMDB), Deputado DUILIO GENARI (PPB)

### Secretário:

WILSON PENKA

### Equipe de assessoramento:

Drª IDÍLIA DÉBORA GINESTE, SOLANGE MANN, CENI BREGENSKI, GISELLE NARDI, LUIZ ALBERTO DE LIMA E ALAOR VALENTE TAVARES, SALDIR DE PAULA JUNIOR, DR. ARIEL DA SILVEIRA.

### Instalação:

17 de março de 2003.

## 3. INTRODUÇÃO

### Criação, finalidade e justificativa da CPI da Copel

A Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar assuntos referentes a Companhia Paranaense de

Energia Elétrica - daqui por diante somente Copel - , quais sejam: compra e venda de ações da Sercomtel no ano de 1998; contratos de compra e venda de energia elétrica; prejuízos com a horizontalização da Copel; participação e constituição em todas as subsidiárias; compra e venda de créditos tributários; foi instalada com fundamento no artigo 58, parágrafo 3º, da Constituição da República, artigo 62, parágrafo 3º da Constituição Estadual, combinados com o artigo 34, parágrafo 5º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e originada em decorrência da aprovação do Requerimento de CPI, sob protocolo nº 1416 de 27 de fevereiro de 2003, apresentado pelos deputados: Elza Correia, Neivo Beraldin, Rafael Greca, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Delegado Bradock, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Padre Paulo Campos, Antonio Anibelli, José Maria Ferreira, Tadeu Veneri, Jocelito Canto, Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Nereu Moura, Artagão Júnior, André Vargas, Marcos Isfer, Alexandre Curi, Francisco Bühner, Luciana Rafagnin e Pedro Ivo Ilkiv.

A CPI foi constituída por ato do Presidente da Assembléia Legislativa nº 02/2003, publicado no Diário da Assembléia em 27 de fevereiro de 2003, sendo instalada na reunião do dia 17 de março de 2003, onde foram eleitos o presidente, vice-presidente e relator.

A CPI foi prorrogada por 60 (sessenta) dias, em virtude de requerimento aprovado pelo Presidente desta Casa.

Vale lembrar que em 2001 houve, por parte do governo do Estado, tendo a frente do Executivo o então governador Jaime Lerner, uma tentativa de privatização da Copel. Tal processo sofreu duro embate por parte da sociedade civil que, unida como há muito não se via, conseguiu a reversão desse processo. O movimento intitulado “A Copel É Nossa”, constituído por partidos políticos, ONG’s, grêmios estudantis, centros acadêmicos, sindicatos de diversas categorias, e que contou com o apoio de diversos agentes políticos de todo Estado, dirigiu tal processo, consagrando-se vitorioso através de suas manifestações e demandas judiciais, que culminaram com o impedimento da privatização.

Durante o processo de tentativa de privatização da Copel, diversas ações foram cometidas por seus dirigentes, e algumas delas resultaram em negociações ilegais e atentatórias aos princípios norteadores da Administração Pública.

Certamente restou gravado na memória do povo do Paraná a grande caminhada realizada pelo movimento da Praça Santos Andrade até o Palácio do Iguaçu, onde foi protocolado na Assembléia Legislativa projeto de iniciativa popular que contou com o apoio de mais de 250 mil cidadãos paranaenses.

Assim, quando veio a público a denúncia das irregularidades ocorridas na Copel, especialmente no período próximo ao processo de privatização, e ao final da administração anterior, nós, representantes do povo paranaense – que mostrou sua legítima preocupação com a

questão da privatização – não poderíamos nos omitir e deixar que uma vez mais a irresponsabilidade, a improbidade, o interesse particular se sobrepusesse ao interesse público. Daí que, cientes de nossa função pública – antes, um dever – requisitamos a criação de uma CPI para apurar as irregularidades ocorridas na Copel.

#### 4. ATIVIDADES DA CPI

As atividades desta comissão consistiram em reuniões internas, de cunho administrativo e decisó-

rio, e em audiências públicas onde se realizaram oitivas de testemunhas, colaboradores, ex e atuais funcionários da Copel, enfim, pessoas envolvidas ou não com as irregularidades investigadas, mas que potencialmente possuíam informações a auxiliar nas investigações.

No quadro abaixo segue uma breve síntese das reuniões e audiências públicas realizadas, desde a instalação da comissão até a reunião de aprovação do presente relatório.

REUNIÃO	DATA	PAUTA
1ª	19.03.2003	Instalação da Comissão e composição da equipe de assessoramento e sub-Relatorias
2ª	26.03.2003	Documentos repassados pela Presidência da Copel
3ª	27.03.2003	Pedido de autorização para vinda de promotores de Justiça do caso Olvepar
4ª	01.04.2003	Promotores de justiça caso Olvepar - Dr. Marcelo Alves de Souza, Dr. José Geraldo Gonçalves, Dr. Guilherme Freira Teixeira
5ª	03.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Rubens Pavan (ex-presidente da Sercomtel), Sr. Luiz César Guedes (ex-secretário de Governo do município de Londrina)
6ª	08.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Alceu Adalberto Fardim (funcionário aposentado da Copel-Sercomtel), Sr. Gino Anzzolini Neto (ex-secretário de Governo do município de Londrina), Sr. Luiz Sérgio da Silva (procurador e administrador da Rodosafrá - Olvepar)
7ª	10.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini (advogado - representante da Massa Falida no Paraná da Olvepar S/A)
8ª	15.04.2003	Recebimento de documentos da Sulgrain
9ª	22.04.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Mário Roberto Bertoni (ex-diretor de Engenharia e Construção, ex-diretor de Participações da Copel), Sr. Antonio Nereu Procopiak Filho (sócio-gerente da Planarte), Sr. Gilberto Serpa Griebeler (atual diretor de Administração e Participações da Copel)
10ª	24.04.2003	Requerimento de informações
11ª	29.04.2003	Apreciação de requerimento e Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing da Copel)
12ª	06.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Edílson Matos Novak (diretor-administrativo financeiro da UEG Araucária Ltda.), Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria de Marketing), Sr. Manoel Messias de Almeida (engenheiro químico da Diretoria Técnica Comercial da Compagas)
13ª	08.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dra. Hortência Tardelli Moreira Lima (advogada da Copel)
14ª	12.05.2003	Audiência Pública - Depoentes: Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores da Copel), Sr. Francisco Sérgio Barreto Munhoz da Rocha Neto (gerente assistente da Diretoria Financeira da Copel)
15ª	13.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunha: Sra. Rosângela de Oliveira (engenheira eletricitista)

16ª	15.05.2003	Sr. Fábio Ramos (ex-diretor da Tradener Ltda.), Sr. Walfrido Victorino Ávila (diretor-presidente da Tradener Ltda.)
17ª	20.05.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Pedro Augusto do Nascimento Neto (ex-diretor da Administração e Finanças da Dstribuição), Fábio Ramos (ex-diretor da Tradener)
18ª	22.05.2003	Decisão Interna.
19ª	27.05.2003	Audiência Pública - Sede da Copel Presidente da Copel e seus diretores: Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor de Administração e diretor de Participações); Sr. Ronald Tadheu Ravedutti (diretor de Finanças e Relações com Investidores); Sr. Ivan José Morozowski (diretor de Marketing); Sr. Assis Corrêa (diretor de Relações Institucionais); Sr. Rubens Ghilard (diretor de Planejamento)
20ª	29.05.2003	Intimações e deliberações internas
21ª	03.05.2003	Audiência Pública -Oitiva de testemunhas: Sr. Luiz Fernando Leone Vianna (ex-diretor de Relações Institucionais - Olvepar); Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores e atual assistente da diretora de Finanças da Copel - Olvepar); Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel - Olvepar); Sr. Sérgio Luiz Molinari (ex-assessor jurídico da Presidência da Copel - Olvepar); Sr. Cezar Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil da Copel - Olvepar); Dra. Hortência Tardelli Moreira Lima (advogada)
22ª	10.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunha: Sr. José Carlos Loureiro (assistente da Diretoria de Participações da Copel - UEG Araucária); juntada de documento
23ª	21.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Gino Assolini Neto (ex-secretário de Governo do município de Londrina); Sr. Luiz Cesar Guedes (ex-secretário de Finanças do município de Londrina); Sr. Ismael Mologni (ex-diretor-financeiro da Sercomtel) Depoimento: Sr. Ferdinando Schaenburg (ex-diretor-econômico-financeiro da Copel - UEG Araucária e Sercomtel)
24	17.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Júlio Cezar Silva (assistente da Gerência de Construção da UEG Araucária); Sr. Ferdinando Schaenburg (ex-diretor-econômico-financeiro da Copel); Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricitista da Diretoria e Marketing da Copel)
25ª	24.06.2003	Audiência Pública - Acareações: Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Financeira da Copel); Sr. Mário Roberto Bertoni (ex-diretor de Engenharia e Construção/ex-diretor de Participações da Copel); Sr. Ricardo Portugal Alves (ex-diretor de Finanças e Relações com Investidores e atual assistente da Diretoria de Finanças da Copel); Sr. Cezar Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenadoria de Gestão Contábil); Dra. Hortência Tarddeli Moreira Lima (advogada)
26ª	26.06.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso - Araucária); Sr. Edilson Matos Novak (diretor administrativo-financeiro da UEG); Dr. Miguel Ângelo Salgado (assessor jurídico da Copel UEG Araucária); Sr. Raul Munhoz Neto (gerente de Produção da UEG)
27ª	05.08.2003	Ofícios e deliberações internas
28ª	07.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunha: Sr. Luiz Antonio Costa Maciel (auditor da Copel); Sr. Valdecir Antonio Petry (auditor da Copel); Dr. Marlus Jorge Domingos (escritório Jorge Domingos Advogados Associados)

29ª e 30ª	12.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Francisco Sérgio Barreto Munhoz da Rocha (gerente assistente da Diretoria Financeira da Copel); Sr. Maurício Roberto da Silva (sócio gerente da Embracon); Sr. Milton João Machilavelli (diretor da Rodosafra)
31ª	14.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Miguel Augusto Queiroz Schunemann (ex-diretor de Administração da Copel); Sr. Pedro Antonio Bitencourt Pacheco (consultor representante da Adifea); Dra. Karina Patrícia Polli de Souza (funcionária da Embracon); Sr. João Manoel Delgado Lucena (ex-diretor da Coordenação da Receita da Fazenda); Sr. José Guilherme Hausner (presidente da Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia e Contabilidade da USP)
32ª	19.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Antonio Pinheiro Sampaio Menezes (testemunha no Contrato de Prestação de Serviços entre Copel e Adifea/USP); Sra. Darci Fantin (presidente da DM Construções e Obras) Documentos encaminhados pelo Sr. Darci Fantin
33ª	21.08.2003	Deliberações de Requerimentos; e Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Francisco Roberto Pereira (presidente da Sercomtel); Sr. Walter Massao Ikeda (diretor administrativo - Sercomtel); Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor de Administração e Participações da Copel)
34ª	26.08.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dr. José Cid Campêlo Filho (ex-secretário de Governo do Estado); Dr. Caio Júlio César Brandão Pinto (diretor-presidente da Sanepar)
35ª	28.08.2003	Acareação entre: Sr. Darci Fantin (sócio-gerente da DM); Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor administrativo e Participações da Copel)
36ª	02.09.2003	Audiência Pública - Oitiva do Sr. Ingo Henrique Hübert (ex-diretor da Copel)
37ª	04.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Lindolfo Zimmer (ex-diretor de Marketing da Copel); Sr. Luiz Fernando Leone Vianna (ex-diretor de Relações Institucionais da Copel)
38ª	09.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso); Sr. Lourival dos Santos e Souza (ex-engenheiro eletricista)
39ª	11.09.2003	Audiência Pública - Oitiva de testemunhas: Dra. Jozélia Nogueira Broliani (procuradora do Estado); Dr. Delvani Alves Leme (consultor jurídico Copel); Sr. Arnaldo José Luquetta (contador da Copel), Sr. Eduardo Karrer (presidente da El Paso); Sr. Raul Munhoz Neto (gerente de Produção); Sr. César Antonio Bordin (ex-gerente da Coordenação de Gestão Contábil); Sr. André Grocheveski Neto (ex-gerente da Coordenação de Gestão Financeira da Copel); Sr. Ricardo José Dória (engenheiro eletricista da Diretoria de Marketing da Copel) Aprovação de envio de carta precatória para o Rio de Janeiro para Oitiva de Rogério Figueiredo Vieira
40ª	16.10.2003	Prorrogação dos trabalhos da CPI por 30 (trinta) dias, esclarecimentos dos sub-relatores
41ª	11.11.2003	Apresentação do preliminar do relatório final Discussão acerca de sugestões de projetos de lei Entrega de aditivos de sub-relatórios
42ª	17.11.2003	Leitura e aprovação do Relatório Final

## 5. OS SUB-RELATÓRIOS

Como já foi dito, os assuntos investigados por esta comissão foram divididos em: contratos de compra e

venda de energia, créditos tributários, contratos de compra e venda de energia, compra de ações da Sercomtel, horizontalização da Copel mediante a criação de subsidiárias e parcerias, formação de Tradener e comercializa-

ção de energia. Portanto, devido as especificidades e complexidades de cada um, foram elaborados cinco sub-relatórios, que integram a presente conforme o assunto

investigado. Os sub-relatores e respectivos assuntos são os seguintes:

Deputado	Assunto	Sinopse
Tadeu Veneri	Créditos Tributários: restituição e aquisição	1. A Copel adquiriu da empresa Olvepar créditos tributários no valor de R\$39,600.000,00, numa operação repleta de irregularidades. 2. A Copel contratou a Adifea - Associação dos Diplomados da USP - sem licitação, e antecipou pagamento de forma ilegal e diferente do que havia sido contratado.
Vanderlei Iensen	Contratos de compra e venda de energia elétrica	1. A Copel uniu-se a empresa El Paso e a Petrobras para a formação da UEG, porém essa negociação resultou em inúmeros prejuízos para a Copel; 2. Com base na informação de que faltaria energia, desconsiderando os alertas feitos pelo citado estudo, a Diretoria da Copel assumiu o compromisso de comprar mais 800 MW de energia da CIEN, além dos 469 médios da UEG e mais outros contratos de menor volume (Itiquira, PCH's, etc.)
Alexandre Curi	Compra de ações da Sercomtel	A Copel adquiriu pelo valor de R\$ 186 milhões de reais ações da Sercomtel.
Durval Amaral	Horizontalização da Copel mediante a criação de subsidiárias e parcerias	Através da realização de diversas parcerias com empresas privadas a Copel ampliou sua área de atuação, porém, a maioria desses negócios causaram prejuízos a Copel.
Ratinho Júnior	Constituição da Tradener - Comercializadora de Energia	A Copel constituiu, inicialmente com a empresa Logos Engenharia, a referida empresa para comercialização de excesso de energia que, logo antes de tornar-se efetivamente lucrativa, passou a ser integrada pela empresa DGW, integrada, dentre outros, pelos Srs. Walfrido Ávila - ex-chefe de gabinete de Ingo Hübner, Donato Gulin e Luiz Alberto Blanchet - ex-advogado da Copel.

As circunstâncias fáticas colecionadas no presente relatório fundamentam-se, principalmente, nas informações dos referidos sub-relatórios, além de ter base em documentos trazidos a esta comissão e nos depoimentos prestados.

Deste modo, cumpre deixar claro que **o presente relatório constitui-se em síntese analítica dos referidos sub-relatórios**, onde todas as informações se encontram detalhadas, acrescentando, todavia, a elaboração de projetos de lei, e o apontamento das condutas irregulares subsumidas a legislação.

A seguir, passaremos a discriminar cada um dos sub-relatórios.

### 5.1 - Créditos Tributários

O objeto desse sub-relatório foi a análise das questões relacionadas a Créditos Tributários, que dizem res-

peito a duas situações. A primeira, como anunciado no sub-relatório, foi tornada pública através de matéria veiculada pelo programa da Rede Globo "Fantástico", e diz respeito a **fraudes na restituição de créditos tributários à empresa Olvepar Indústria e Comércio S/A** e a sua aquisição pela Copel.

A segunda, também envolvendo créditos tributários, refere-se à **recuperação de créditos tributários pela Copel junto ao Estado do Paraná**. A recuperação teria se dado a partir do trabalho da entidade denominada **Adifea - Associação dos Diplomados das Faculdades de Economia e Administração da USP**. Referida empresa presta seus serviços no Paraná através de seus representantes - terceirizados SEM autorização da entidade contratante - as empresas Embrakon-Empresa Brasileira de Consultoria S/C Ltda e Exitus, porém, conforme depoimentos prestados, as ações executadas por estas empresas eram elaboradas pela Adifea.

Outras operações irregulares envolvendo a aquisição de créditos tributários foram citadas, as quais também integram o referido sub-relatório.

## 5.2 - Da Aquisição de Créditos Tributários da Empresa Olvepar

Os fatos apurados dizem respeito a irregularidades na operação que culminou com aquisição de supostos créditos tributários da empresa Olvepar S/A Indústria E Comércio junto ao Estado do Paraná, pela Copel, na ordem de 39,6 milhões de reais. Tal operação já redundou na apresentação de denúncia crime pelo Ministério Público contra os responsáveis pela mesma.

De início, far-se-á uma rápida abordagem da operação que antecedeu o pagamento dos créditos.

Referida indústria reivindicava direito a créditos de ICMS referente a exportação de produtos semi-elaborados (farelo de soja e óleo de soja degomado), fazendo para tanto uma interpretação do artigo 155, parágrafo 2º, X, “a” da Constituição Federal, que dispõe sobre a imunidade do ICMS sobre “*operações que destinem ao exterior produtos industrializados, excluídos os semi-elaborados definidos em lei complementar*”.

A Olvepar ajuizou duas Ações Ordinárias Declaratórias, autos nº 22758 e autos 31696, e uma Medida Cautelar nº 22.334, que tramitaram perante a 4ª Vara da Fazenda Pública, requerendo o reconhecimento e a liberação dos créditos; porém, as ações foram julgadas improcedentes. Recorrendo da decisão, a Olvepar não teve melhor sorte junto ao Tribunal de Justiça (2ª Câmara Cível), que confirmou a sentença de primeiro grau. A decisão foi pela improcedência do pedido porque a Olvepar não conseguiu comprovar que seus produtos eram industrializados; ou seja, sequer comprovou o Fato de trabalhar com o tipo de produto que lhe concederia – supostamente – direito aos créditos tributários. A decisão transitou em julgado em 23 de fevereiro de 2001.

A primeira vez em que a Olvepar requereu validação dos créditos foi em maio de 2002, pedindo também autorização para transferi-los à Copel. Porém, a Coordenadoria da Receita Estadual não validou os créditos, por absoluta falta de provas da sua idoneidade e autenticidade. Todavia, foi dito e confirmado por diretores da Copel e funcionários da área financeira e da tesouraria, perante esta CPI, que os cheques para pagamento dos referidos créditos já haviam sido emitidos quando a referida operação foi cancelada, conforme sub-relatório em anexo. Somente esse fato já bastaria como indício da absoluta suspeição de nova operação realizada com essa mesma empresa, e com esses mesmos créditos inválidos.

É de se destacar que em 07 de agosto de 2002, a Olvepar teve sua falência decretada pela Vara de Falências, Concordatas e Cartas Precatórias da Comarca de Cuiabá/MT.

Novamente, em 28 novembro de 2002, a Olvepar, através do seu procurador Luiz Sérgio da Silva, (procura-

ção datada de 30/04/02, quando a empresa ainda era concordatária, portanto sem valor legal, eis que outorgada antes da decretação da falência da Olvepar), o qual também era procurador da Rodosafra Logística e Transportes Ltda. (supostamente credora de diversos créditos junto à massa falida da Olvepar) protocolou junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná requerimento pleiteando a recuperação dos créditos tributários de ICMS, relativos a produtos semi-elaborados (farelo de soja e óleo degomado, que haviam sido exportados entre janeiro de 1989 e 1996), no valor de R\$ 67.360.797,48 (sessenta e sete milhões, trezentos e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais e quarenta e oito centavos). Este valor foi apresentado pela Olvepar através de cálculos realizados unilateralmente pela mesma, resultantes de valores atribuídos a notas fiscais relacionadas em planilha, porém nunca apresentadas, conforme consta, inclusive, na denúncia oferecida pelo Ministério Público. Contudo, em nenhum momento se procedeu a auditoria do referido valor através da Coordenadoria da Receita do Estado.

Especificamente sobre este valor, a procuradora do Estado, lotada na Procuradoria Fiscal, Drª Josélia Nogueira Broliani, que realizou sustentação oral perante o Tribunal de Justiça do caso Olvepar contra o Paraná, relatou a esta CPI: “*eu não tenho conhecimento de como é que ela (Olvepar) chegou neste valor, mas ela pode ter feito um levantamento unilateral e esse levantamento é sempre criticado.*”

Indagada pelo Deputado Tadeu Veneri se esse valor teria validade, a mesma respondeu: “*ele não tem validade porque a Secretaria da Fazenda ela é obrigada a auditar os valores.*” (depoimento constante na ata da 39ª reunião, em 11/09/03, pág. 20)

Na sequência, o então secretário da Fazenda e concomitantemente diretor presidente da Copel, Ingo Henrique Hübert, agindo contrariamente a legislação fiscal aplicável ao caso e também fugindo da rotina habitual de tais processos – sem prejuízo da mais violenta violação ao princípio da moralidade que essa CPI constatou – submeteu o requerimento de constituição de créditos da Olvepar à análise da 6ª Inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado – onde atuava como conselheiro Heinz Georg Herwig – e ao Secretário de Estado do Governo, Dr. José Cid Campêlo Filho.

Em relação ao Parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, é de se destacar que o parecer da 6ª Inspeção não foi submetido a apreciação do Plenário do Tribunal de Contas. Isto, por si só, desqualifica o argumento de que houve PRÉVIA aprovação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para a realização da operação, concorrendo ainda, para tal constatação, o fato de que o TCE/PR não determina condutas, mas só aprecia em tese a produção de atos pela Administração Pública.

Já o parecer do secretário de Governo José Cid Campêlo Filho deveria ser desconsiderado, já que a atribuição da Secretaria de Governo não é a análise jurídica das questões administrativas; em sede estadual, tal com-



petência é da Procuradoria do Estado, que deve emitir pareceres, sobretudo em questões onde já atua na esfera judicial – justamente como no caso da Olvepar.

Nesse sentido, evidente a violação à regra de competência, pois tal parecer ainda compromete pessoalmente quem o emitiu que, nesse desiderato, agiu no exercício do cargo de secretário de Estado, e não no exercício de mera função de assessoria e consultoria jurídica ou de advocacia<sup>1</sup>. Ao contrário, o fato da emissão de Parecer por agente incompetente (funcionalmente, nada aqui se objetando a qualidade do advogado José Cid Campêlo Filho) para tanto ainda torna ainda mais ilegal, irregular e lesiva ao interesse público – por evidentemente suspeita e inexplicável – a operação em exame. Ainda, o Dr. Cid Campêlo relatou a esta CPI que seu parecer foi elaborado “em tese”; no entanto, é evidente que o mesmo era cômico do caso concreto e que se tratava da Olvepar, pois a solicitação de consulta do Sr. Ingo Hübert foi instruída com cópia do processo.

Dessa forma, supostamente “embasado” no parecer favorável da 6ª Inspeção do TCE/PR e do Secretário de Estado, Dr. José Cid Campêlo Filho, o Sr. Ingo Hübert tentou conferir a operação aparente legalidade. Porém, sem antes sequer consultar a Coordenação da Receita do Estado, sem realizar qualquer levantamento fisco-contábil específico e, sem qualquer consulta a Procuradoria do Estado – onde, reiteramos, ainda tramitava o processo judicial da Olvepar – o Secretário da Fazenda Ingo Hübert deferiu o pedido de restituição de ICMS no exorbitante valor de R\$ 67.360.7979,48, conduta esta revestida de improbidade administrativa.

Neste sentido, esclareça-se que a Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92) prevê punição aos atos cometidos por **agentes públicos**, servidor ou não, contra a Administração direta, **indireta** ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, **Estados**, Distrito Federal, Municípios e Territórios, além de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de 50% do patrimônio ou da receita anual.

Podemos dizer, resumidamente, que *“agente público é toda pessoa física que presta serviços ao Estado e às pessoas jurídicas da Administração Indireta.”*<sup>2</sup>

Portanto, considerando a personalidade jurídica da Copel – sociedade de economia mista – indiscutível que o cargo de diretor da mesma é exercido por agente público,

que, por esta condição, está sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa. Além do mais, o ex-diretor da Copel também era Secretário da Fazenda, portanto, indiscutível a aplicabilidade da Lei de Improbidade Administrativa pelos atos praticados no exercício dessas funções.

Com efeito.

O ato de deferimento de pedido de restituição dos créditos tributários para a empresa Olvepar, por parte do ex-secretário da Fazenda, atentou contra os princípios da administração pública, causou prejuízo ao erário e importou em suposto enriquecimento ilícito dos que se beneficiaram com os valores recebidos, por isso, é de ser considerada, ao menos em tese, ímproba.

Além disso, o Sr. Ingo Hübert **faltou com a verdade perante esta comissão ao afirmar que teria consultado a Procuradoria do Estado para deferir a restituição dos créditos** eis que a procuradora Josélia Nogueira Broliani, em resposta a pergunta deste relator, Ratinho Junior, (se a Procuradoria havia sido consultada antes da aprovação do crédito), respondeu: **“Não. A Procuradoria nunca foi consultada nisso e esse deferimento do crédito foi coincidente com o julgamento no Tribunal.”** (Depoimento constante na ata da 39ª reunião, 11/09/03, pág. 12)

Veja-se o grau de ilegalidade da conduta perpetrada pelo Sr. Ingo Hübert, eis que, quando decidiu “administrativamente” por deferir os créditos reivindicados, o Tribunal de Justiça do Paraná já havia julgado **improcedente** o mesmo pedido da Olvepar. Talvez seja o único caso - da história da Administração Pública do Paraná - onde se reconhece crédito **CONTRA** o Erário Público Estadual pelo **PRÓPRIO** secretário **“competente”** **APÓS** a Fazenda Pública ter sido vencedora de **TODOS** os processos judiciais relativo ao crédito que se reconheceu.

Para frisar ainda mais a suposta ilegalidade e imoralidade da operação, ficou claro, nas investigações, que foi a **SEGUNDA vez** que a Copel adquiriu créditos tributários e pagou em dinheiro – em espécie e, como se verá, “sacado na boca do caixa”. Houve apenas uma operação anterior dessa modalidade de compra de créditos tributários, com outra empresa paranaense (Lápis Patrimonial S/A). E antes disso, existiram operações de recuperação de crédito, mas a forma de pagamento sempre era energia elétrica, sem qualquer desfalque ao caixa da Copel, o que era evidentemente rentável para a companhia pois adquiria, créditos com deságio e pagava com seu próprio produto a preço de mercado, auferindo, portanto, vantajosidade tanto no deságio quanto na energia fornecida.

Na sequência, o Sr. Luiz Sérgio da Silva protocolou novo requerimento junto à Secretaria da Fazenda, em 05 de dezembro de 2002, datado de 03 de dezembro do mesmo ano, solicitando autorização para transferir os créditos à Copel.

No dia 06 de dezembro, tal pedido foi deferido pelo secretário da Fazenda – em prazo RECORDE de tra-

1. Afastando, neste caso, a incidência da excludente de ilicitude de contenda pretendida pelo referido então secretário de Estado, Dr. José Cid Campêlo Filho, quando de seu depoimento perante a esta comissão, materializada pelo acórdão proferido no MS nº 24.073-DF, publicado no Informativo do STF nº 296, de 12.02.2003.

2. Di Pietro, Maria Sylvia, in *Direito Administrativo*, ed. Atlas, São Paulo, 200, p. 424

mitação de processo administrativo com tal característica. Novamente o TCE/PR foi consultado, dando parecer favorável, em tese – e omitindo-se quanto a origem dos créditos negociados, bem como em relação a existência de acórdão do TJ/PR que julgou IMPROCEDENTE tais crédito, relembramos, por ausência de prova.

No mesmo dia 06 firmou-se instrumento particular de cessão de crédito entre a Copel e a Olvepar.

Embora o valor deferido para restituição tenha sido de R\$ 67.360.797,48, foi autorizado para ser transferido à Copel “apenas” R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo que incidiu deságio em tal valor nominal, e o valor efetivamente pago pela Copel foi R\$ 39,6 milhões, dividido em 3 parcelas, sendo que, do total, R\$ 3,2 milhões deveriam ser repassados diretamente para Rodosafrá Logística e Transportes Ltda.

Superada a fase da aprovação da restituição e transferência dos créditos, passa-se a descrever agora a forma de pagamento da operação – o que choca pela absoluta inconformidade dos procedimentos adotados. Importante destacar que toda a operação, desde o pedido de restituição dos créditos até a transferência dos mesmos para a Copel e conseqüente pagamento, foi realizada em apenas 05 dias – de 28 de novembro de 2002 a 03 de dezembro de 2002, lembrando que dia 28 foi uma sexta-feira.

O contrato de cessão de créditos previu na cláusula quarta que R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais) seriam pagos a Rodosafrá e o restante – R\$ 36.400.000,00 (trinta e seis milhões e quatrocentos mil reais) seriam pagos a Luiz Sérgio da Silva.

O valor que deveria ser repassado a Rodosafrá, por pedido de Luiz Sérgio da Silva, foi dividido em dois cheques: um de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos reais) e outro de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). E, o restante do valor (R\$ 10.000.000,00 – dez milhões de reais) deveria ser pago a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, suposto procurador da massa falida Olvepar.

Embora Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini não tivesse procuração neste ato, mesmo assim no dia 06 de dezembro - uma sexta-feira - recebeu o valor de R\$ 10 milhões com a solicitação de Luiz Sérgio da Silva e concordância direta dos diretores da Copel, em especial do seu presidente Ingo Hübert. No sábado, dia 07 de dezembro, o advogado da massa falida da Olvepar, substabeleceu, por instrumento público em **Caxipó da Ponte**, comarca de **Cuiabá/MT**, poderes a Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini. O substabelecimento somente foi juntado aos autos em 11 de dezembro - OU SEJA, primeiro a Copel pagou as quantias em dinheiro, no dia 06 de dezembro, para um senhor que afirmava ser procurador de massa falida SEM QUALQUER DOCUMENTO OU INSTRUMENTO DE PROCURAÇÃO, que só foram apresentados CINCO dias depois. E frise-se TODOS os depoimentos colhidos - inclusive o do próprio Sr. Ingo Hübert <sup>1</sup> confirmam que essa irregular operação

só foi conduzida desse modo por determinação, autorização e orientação expressa do, concomitantemente, secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Henrique Hübert.

O pagamento acabou sendo feito na agência Corporata do Banco do Brasil da Praça Tiradentes, onde estavam presentes: André Grocheveski Neto (gerente da Coordenadoria da Geração Financeira da Copel), Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini e Alberto Youssef.<sup>2</sup> Este último acompanhou Antonio Carlos Brasil Fioravante Pierucini que sacou o cheque de dez milhões de reais e distribuiu o valor, por meio eletrônico, em quatro depósitos de R\$ 2.500.000,00. Antonio Carlos Brasil Fioravante Pierucini, beneficiário do cheque, permaneceu no carro e somente entrou na Agência quando chamado por Alberto Youssef e André Grocheveski, uma vez que o funcionário do Banco não poderia fazer o pagamento sem que o beneficiário, devidamente identificado, estivesse presente. É importante ressaltar que Youssef queria realizar o saque mesmo o beneficiário não sendo ele, o que dá um forte indício de que a destinação dos recursos era mesmo responsabilidade do “doleiro” e este tinha controle de toda a situação.

Em 10 de dezembro houve um aditamento no contrato, onde acordou-se que as 2ª e 3ª parcelas seriam pagas com cheques nominais a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini. Sendo que a segunda parcela se deu em vários cheques de menores valores, a pedido de Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, e novamente Alberto Youssef depositou a quantia de 3 milhões e 500 mil reais em três contas diversas.

O pagamento da terceira parcela foi realizada a Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini, que, com um cheque no valor de 6 milhões e 500 mil reais, efetuou transferências a três contas correntes distintas.

No sub-relatório, está descrito de forma detalhada em um quadro (fls. 10 a 18) todo o esquema dos valores pagos pela Copel e a destinação dos valores.

1. No seu depoimento, às fls. 181 e 184, ao ser indagado por esse relator se confirmava o depoimento do Sr. Mário Bertoni - também diretor da Copel - acerca de ter pessoalmente autorizado e defendido todos os atos para o pagamento dos valores aos (supostos) representantes da Olvepar, o Sr. Ingo Hübert afirmou que confirmava tal imputação de responsabilidade personalíssima (“totalmente”).

2. Conhecido “doleiro” nacional, famoso por realizar operações de remessas de dólares ilegais para o exterior, que inclusive teve sua prisão preventiva decretada em 28 de outubro, pelo juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba/PR - por crime de sonegação fiscal e evasão de divisas - prisão efetivada em 02 de novembro de 2003, na comarca de Londrina/PR, momento em que esse relatório estava em fase de elaboração.

Em síntese, os valores foram assim distribuídos:

Overjet Informática Ltda-ME	R\$ 8.000.000,00
DDL Distribuição e Com. Ltda.	R\$ 6.000.000,00
Mega Up-Grade Informática Ltda.	R\$ 2.500.000,00
Mix Trade - Com. Internacional Ltda.	R\$ 2.500.000,00
Rodosafrá	R\$ 9.7000.000,00
Antonio Carlos Brasil Fioravante Pieruccini - B. F. Pieruccini	R\$ 1.950.000,00
Planarte Assessoria e Com. Ltda (Nereu Procopiak)	R\$ 1.100.000,00
Jorge Domingos Adv. Associados	R\$ 500.000,00
Sulgrain Ltda.	R\$ 350.000,00
Milton João Machiavelli	R\$ 300.000,00
Rodosafrá - Cheques Nominais	R\$ 3.200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 39.600.000,00</b>

Através de depoimentos prestados a esta CPI, pelos senhores Luiz Antonio Costa Maciel e Valdecir Antonio Petri (auditores da Copel) apurou-se que no computador utilizado por César Antonio Bordin, na Copel, fora realizado uma simulação onde constava a forma de distribuição dos valores, assim especificados: CREDOR, GRUPO, CAMPANHA, CORRETOR (conforme consta na Ata da 28ª Reunião realizada em 07/08/2003 e no documento nº 63 anexo na mesma ata – Relatório de Auditoria Interna, 010/2003).

As investigações comprovaram que a operação só foi possível devido a atuação de vários diretores da Copel e de pessoas diretamente interessadas na operação. O Dr. Sérgio Luiz Molinari, sem qualquer ressalva, viu o contrato; César Antonio Bordin diz que realizou a operação em cumprimento a ordens de Ingo Hübert; Ricardo Portugal, mesmo se dizendo inseguro e não tendo assinado o contrato, concordou com os termos deste (segundo depoimento de Mário Bertoni, Ricardo Portugal teria dito “se é um bom negócio, vamos fazer”; Mário Roberto Bertoni aprovou o contrato em aproximadamente 15 minutos, quando estava visitando a Usina de Voçoroca em reunião com Ingo Hübert; André Grochewski acompanhou Alberto Youssef e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini até a agência bancária para sacar e transferir os valores; Antonio Nereu Procopiak, proprietário da Plantarte Assessoria e Comércio Ltda operou a transação, através de contatos com diretores da Copel, dirigentes das empresas interessadas e Técnicos do Tribunal de Contas dos Estado do Paraná.

A conclusão que se extrai da análise da operação que deferiu a restituição de créditos à empresa Olvepar, e sequencialmente os transferiu à Copel, é óbvia e causa

indignação: o Estado do Paraná, através de ato do então secretário da Fazenda, restituiu R\$ 45 milhões de créditos tributários a empresa Olvepar, que, na verdade, não eram devidos.

Esses créditos indevidos foram transferidos à Copel, que por ato de seu presidente, novamente o sr. Ingo Hübert, pagou pelos mesmos o valor de **R\$ 39,6 milhões de reais.**

Também há que se evidenciar que, se os créditos tivessem condições legais de serem restituídos, o deveriam ser à massa falida da empresa Olvepar, contudo, como visto, não foi o que ocorreu.

Em decorrência dessas operações, o ex-Presidente da Copel, Ingo Hübert, o ex-diretor Mário Roberto Bertoni e os ex-funcionários André Grocheveski Neto, Sérgio Luiz Molinari e César Antonio Bordin, estão sendo processados pelo cometimento dos seguintes crimes, previstos no Código Penal: **formação de quadrilha (artigo 288), falsidade ideológica (artigo 299), peculato (artigo 312), prevaricação (artigo 319).** Além do artigo 1º da Lei 8.137/90 – Crimes contra a Ordem Tributária - **que consiste em suprimir ou reduzir tributo mediante fraude.**

Enquanto Luiz Sérgio da Silva e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini estão também respondendo processo criminal pelo cometimento dos seguintes delitos: **formação de quadrilha, falsidade ideológica e peculato.**

Além da denúncia pelos crimes comuns, o Ministério Público propôs ação civil pública de responsabilidade pela prática de ato de improbidade administrativa, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública contra: Luiz Sérgio da Silva, Rodosafrá Logística e Transporte Ltda, Ingo Henrique Hübert, César Antonio Bordin, Mário Roberto Bertoni, André Grocheveski Neto, Sérgio Luiz Molinari, Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini e Alberto Youssef.

### 5.3 - Da Contratação da Adifea para Recuperação de Créditos Tributários da Copel

Em março de 2001, o Estado do Paraná e a Adifea - Associação dos Diplomados da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo - firmaram um termo de cooperação técnica (uma espécie de “acordo guarda-chuva”) cujo objeto consistia em: apoio à estrutura operacional do Governo do Paraná, com o escopo de buscar o desenvolvimento de projetos de pesquisa, ensino e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, bem como a consultoria e assessoria nos ramos da Economia, Administração e Contabilidade, mediante a celebração de termos aditivos, convênios, contratos e outros instrumentos com o Governo do Paraná e/ou com outras entidades a ele vinculadas.

O secretário da Fazenda Ingo Henrique Hübert, consultou o TCE/PR sobre a possibilidade de contratação

da Adifea sem licitação, donde recebeu parecer, em tese, explicativo, dizendo que a licitação seria dispensável, desde que os requisitos para a dispensa estivessem presentes, entre eles o da entidade não ter fins lucrativos e ser destinada regimentalmente a pesquisa, ensino, desenvolvimento institucional, científico ou tecnológico, além da exigência de ser inquestionável a capacitação para o desempenho da atividade objetivada, não admitindo sub-contratação.

Na seqüência, referida empresa foi contratada **com dispensa de licitação pela Copel**, com base no artigo 24, XIII da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações), que assim dispõe:

**“Art. 24. É dispensável a licitação:**  
(...)

***XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;*”**

Esclareça-se que os fatos objeto de apuração por esta CPI limitaram-se a contratação da Adifea com a Copel, pelo que a contratação com as outras entidades não foram objeto de investigação.

A Adifea foi contratada para a prestação dos seguintes serviços: **levantamento de comportamento tributário e seus acessórios (juros, multa e outras penalidades) com a finalidade de diagnosticar a existência de créditos recuperáveis não aproveitados pela Contratante, relativos ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias nas aquisições para ativo permanente, que estejam em fase regular de aproveitamento.**

A Adifea apresentou um plano de trabalho que envolvia o levantamento e avaliação dos créditos tributários, assim como a formulação de uma proposta para recuperar os créditos tributários de ICMS sobre os ativos imobilizados.

O valor principal, acrescidos dos juros e demais cominações legais, constituía um crédito de R\$ 167.484.999,01 (cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e oitenta e quatro reais, novecentos e noventa e nove reais e um centavo).

O trabalho intelectual da contratada deveria ser o de encontrar uma solução para a recuperação dos mencionados créditos.

A solução a ser encontrada pela contratada deveria prever a compensação de créditos de natureza diversa, pois a Copel tinha créditos de ICMS junto ao Estado do Paraná, e esse tinha dívidas de energia elétrica e CRC, desde que não extensiva aos demais contribuintes de ICMS.

A solução encontrada foi a seguinte:

- os créditos de ICMS da Copel junto ao Estado do Paraná eram de R\$ 167.484.999,01;

- o Estado do Paraná tinha um débito de R\$ 67.209.443,00 referente a CRC (Conta de Resultados a Compensar) - 09.2001 a 08.2002.

- O Estado do Paraná tinha um outro débito de R\$ 20.691.261,00 referente a Consumo de Energia Elétrica.

- O Estado do Paraná liberaria os créditos totais de 167 milhões.

A Copel devolveria ao Estado os valores equivalentes à conta de Energia Elétrica e CRC previstos nos itens 1 e 2. O Estado ganharia, pois quitaria suas dívidas de Energia Elétrica e CRC junto à Copel, por sua vez a Copel receberia a diferença entre os R\$ 167.484.999,01 e os R\$ 87.900.704,00. O saldo em favor da Copel foi de R\$ 79.584.295,01.

Essa solução encontrada pela Adifea lhe rendeu honorários a título de Taxa de Êxito, no valor de **R\$ 16.809.434,08**, correspondente aos 20% previstos na cláusula contratual.

No entanto, o que ocorreu, segundo o sub-relatório do deputado Tadeu Veneri – ao qual nos remetemos, eis que lá as informações estão precisamente detalhadas – foi que **o objeto do contrato não foi cumprido**, pois quem realizou os trabalhos foram os próprios funcionários da Copel, sendo que a Adifea teria apenas apresentado as soluções. Ou seja, a Adifea apenas apresentou as “fórmulas” para constatação dos créditos, sendo que o trabalho pesado de auditoria e levantamento foi realizado diretamente – e com bastante competência, destaque-se – pelo próprio corpo de funcionários da empresa.

Em síntese, o que conclui a Comissão, após a análise de diversos depoimentos prestados por funcionários da Copel, pelos depoimentos dos funcionários da empresa (ilegalmente) terceirizada pela Adifea e dos próprios integrantes dessa entidade, bem como do exame dos documentos juntados, foi que **a contratação da Adifea era desnecessária e foi realizada com inobservância dos princípios constitucionais da isonomia (ou, igualdade) e moralidade administrativa.**

O que significa dizer que a Adifea foi ilegalmente beneficiada pela contratação sem licitação. Pois, como todos sabem, a licitação é o procedimento que garante a observância dos princípios da legalidade, da isonomia e da economicidade nas contratações realizadas com recursos do Erário Público. A licitação consiste em um dever da Administração Pública, eis que, diferentemente dos particulares, a mesma não é livre para escolher contratantes e propostas. Através da licitação se permite a competição entre os interessados em contratar com a Administração Pública, bem como se garante a escolha **objetiva** da melhor proposta para a Administração Pública.

Além da previsão constitucional, a obrigatoriedade da observância ao **princípio da isonomia** é regida pelo artigo 3º da Lei 8.666/93:

**“Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a sele-**

*cionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos."*

O professor Marçal Justen Filho, nacionalmente reconhecido por sua obra "Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos" (Ed. Dialética, 9ª ed., São Paulo, 2002), explica a importância do princípio da isonomia:

*"(...) a licitação visa a assegurar a realização do princípio da isonomia. A licitação não se reduz à seleção da proposta mais "vantajosa". Ou seja, a licitação busca realizar dois fins, igualmente relevantes: o princípio da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa. Se prevalecesse exclusivamente a idéia da "vantajosidade", ficaria aberta a oportunidade para interpretações disformes. A busca da "vantagem" poderia conduzir a Administração a opções arbitrárias ou abusivas. Enfim, poderia verificar-se confusão entre interesses primários e secundários da Administração Pública." (pág. 59)*

Enquanto os princípios da legalidade e da moralidade vêm insculpidos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal:

**"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte;"**

Além da contratação irregular, da mesma forma, houve impropriedades na forma de pagamento a Adifea. Isso porque o originalmente convencionado, na cláusula quarta do contrato, estabelecia que "o pagamento seria de 20 (vinte por cento) sobre o valor total dos benefícios econômicos e, ou financeiros apurados em ou por decorrência dos trabalhos ora contratados, se deliberados pelo seu aproveitamento pela Contratante, pagáveis até o 5º dia útil, contados após a expressa manifestação favorável do órgão competente da fiscalização a respeito da parcela de crédito aproveitada e efetivada pela Contratante."

Todavia, houve uma irregular antecipação de pagamento dos honorários da Adifea, antes das negociações dos créditos (supostamente) da Copel com o Estado estarem concluídas; ou seja, o êxito econômico que adviria para a Copel, com as supostas atividades realizadas pela Adifea, ainda não tinham sido alcançado.

Ou seja, a Adifea recebeu o valor de R\$ 16.809.434,08, sem ter realizado o trabalho objeto do contrato firmado com a Copel, sem ter alcançado concretamente qualquer êxito e, pior, sem sequer cumprir através de seus integrantes próprios a proposta de trabalho, eis que incontroverso que SUB-CONTRATOU, ilegal-

mente<sup>1</sup> a empresa situada, no Estado do Paraná, Embrakon (Empresa Brasileira de Consultoria S/C).

Além disso, a Adifea acabou por constituir uma proposta de compensação de créditos tributários que tinha natureza diversa de ICMS – suposto crédito que fundamentava a atuação da referida entidade. E pior, referida proposta não teve como ser efetivada, eis que encontrava intransponíveis óbices legais, naquele momento. E também restou comprovado que, enquanto se debatia a realização do trabalho pela Adifea, trabalhou-se pela elaboração de instrumento regulamentador que assegurasse a compensação de créditos de natureza diversa – novamente, lembramos que o Sr. Ingo Hübert acumulava as funções de secretário da Fazenda e de presidente da Copel.

E nesse sentido foi editado o Decreto 6.244, de 04 de setembro de 2002, que solucionava o problema da Copel, podendo-se afirmar que, assim, o suposto trabalho realizado pela Adifea se mostrava absolutamente prescindível e, em verdade, **ABSOLUTAMENTE INÚTIL**. Se **(I)** o Governo do Estado já editaria instrumento de regulamentação que pacificaria a matéria relativa a exigibilidade dos créditos em favor da Copel; **(II)** os Próprios Funcionários da Copel já tinham suficiente qualificação e competência para realizar os levantamentos documentais necessários a comprovação do crédito e **(III)** a Adifea teve que contratar uma empresa terceirizada - a Embrakon, de propriedade do Sr. Maurício Roberto da Silva - para operar o contrato (empresa essa que, para dar substância jurídica a constituição de créditos, utilizou-se do parecer elaborado por uma jovem advogada recém-formada, sem qualquer especialização em Direito Tributário); **é EVIDENTE que a CONTRATAÇÃO FOI INTEGRALMENTE ILEGAL, IRREGULAR E OFENSIVA AOS PRINCÍPIOS DA ECONOMICIDADE, DA LEGALIDADE, DA ISONOMIA E DA MORALIDADE**, sem prejuízo da evidente burla a regra da licitabilidade dos contratos da administração pública.

O que mais resta agravado pelo fato da Embrakon ainda ter recebido da Copel a quantia de R\$ 15.669.203,19 (resultado da soma dos seguintes valores de pagamentos realizados para a referida empresa com recursos do Erário Público: R\$ 7.700.000,00 + 7.733.927,94 + 235.275,25), para proceder, em face da ilegal terceirização da Adifea, a validação de créditos tributários da Copel. Este valor foi supostamente utilizado pela Embrakon para pagamento de equipamentos de informática adquiridos junto a empresa Mix Trade – Comércio Internacional Ltda. A empresa não entregou os equipamentos alegando variação de câmbio, o contrato de compra e venda foi transformado em contrato de mútuo.

1. Ilegal, pois a terceirização realizou-se sem autorização prévia da Copel, entidade contratante, violando a Lei 8.666/93, eis que a dispensa exigia atuação pessoalíssima da entidade contratada.

A pedido do proprietário da Mix Trade, Rogério Figueiredo Vieira, os valores foram transferidos para 36 diferentes pessoas físicas e jurídicas, da seguinte forma:

Razão Social/Nome	Valor Total R\$
Overjet Cartuchos Informática Ltda.	1.472.500,00
JBS Informática Ltda.	1.028.000,00
PSF Informática Ltda.	300.000,00
Mega Upgrade Informática Ltda.	1.523.662,00
Mix Trade Com. Internacional Ltda	1.135.000,00
DLL Com. Ltda.	1.400.000,00
Laboratório Sheron Ltda.	80.000,00
Star Lay Viagens Turismo Ltda.	53.000,00
Falco Cobranças S/C Ltda.	30.000,00
Falco System Informática Ltda.	86.500,00
Master Corretora CCVM Ltda.	390.065,01
Fator Dória e Athrino CCVM Ltda.	223.800,00
Bônus Banval CCM Ltda.	348.328,43
Provel Progresso Veículos Ltda.	45.000,00
Lorence Constr. Incorporadora Ltda.	37.776,00
Erste Banking Ltda.	270.000,00
Viscaya Ltda.	100.000,00
Ricavel Veículos Ltda.	27.000,00
Parceria Distribuidora e Com. Ltda	174.000,00
Antunes e Freitas Representações	114.222,00
Vip Representações Ltda.	60.000,00
Sérgio Cardoso Ltda.	50.000,00
Euroville Veículos Ltda.	194.000,00
Vicunha Têxtil S/A	167.400,00
Sign Brasil Com. Serviços Ltda.	50.000,00
Vasp Ltda.	42.840,00
Transamérica Ltda.	90.600,00
Cristal Informática Ltda.	64.800,00
Vânio Martins Roncato	25.000,00
Edvânia Alves Gouveia	26.002,00
Maria Vanderlei Ribeiro	30.000,00
Antonio Leonardo de Campos	138.306,05
Kenjii Otsuki	56.097,95

Cristiane C. Rondon	49.120,00
Elenice Mulato	24.480,00
José Roberto Simões	93.000,00

As citadas transferências foram realizadas pelo proprietário da Embrakon, Maurício Roberto da Silva, o qual não soube informar o motivo das mesmas. O proprietário da Mix Trade, Rogério Figueiredo Vieira, foi ouvido através de carta precatória, em 27 de outubro de 2003, no Rio de Janeiro, onde respondeu a perguntas enviadas, anteriormente por escrito, por esta Comissão. O resultado desse depoimento verifica-se abaixo.

No sub-relatório (mediante aditamento realizado em 07 de novembro) restou consignado que o sr. Rogério faltou com a verdade em diversos momentos naquele depoimento. Por exemplo, quando disse que tinha procuração apenas da empresa Yaweh Nissi, pois também é procurador das empresas: DDL D Comércio Ltda, e também responsável pelas empresas Eleon Fomento e Participações Ltda (CNPJ 05.078.592/0001-88) e Eleon Indústria e Comércio Ltda (CNPJ 31.044.944/0001-94), além de ser proprietário das empresas: Eleon Enterprises Corporation (endereço 8403 NW 68th Street, Miami, Flórida, 3.3166, telefone: 305-4774170).

Destaque-se ainda que a empresa Yahweh Nissi, sócia majoritária da empresa Mix Trade e da Empresa Eleon Enterprise, tem o mesmo endereço do proprietário da empresa DDL D Comércio Ltda, qual seja, Rua Luzia Marcolino Paula Chagas 959 – Miguel Pereira – RJ. Além disso, Yahweh Nissi é o nome de fantasia de Eleon Comércio e Assessoria Internacional Ltda (CNPJ 02.643.886/0001-17, com sede em Manaus – AM).

Revelou o Sr. Rogério que é servidor público federal, à disposição da Câmara de Deputados Federais. O que causa espanto, pois ao mesmo tempo realiza vantajosos negócios com empresas de informática. Além disso em resposta a ofício enviado por esta Comissão à Câmara dos Deputados, nos foi informado pela Diretoria Geral que o Sr. Rogério Figueiredo Vieira é servidor do Tribunal Regional do Trabalho, à disposição da Câmara dos Deputados, tendo exercido cargo em comissão no gabinete do ex-deputado Jorge Wilson de 01/02/98 à 31/01/03. Na sequência, em 26/05/03, o Sr. Rogério foi novamente cedido à Câmara para prestar serviços na condição de secretário parlamentar no gabinete do Bispo Rodrigues. Esclarece o mesmo ofício que a jornada de trabalho dos ocupantes de cargo em comissão é de 40 horas semanais e que o local da prestação de serviços é regulado pelo artigo 2º do Ato da Mesa nº 72 de 1997, o qual dispõe que os ocupante de cargo em comissão de secretário parlamentar terão exercício exclusivamente nos gabinetes parlamentares em Brasília, ou em suas projeções nos Estados.

Enfim, constatada mais uma operação irregular, que novamente tem como “condutor” a figura do Sr. Ingo



Henrique Hübert, que atuava como secretário da Fazenda (portanto, nessa situação como o ordenador de despesa do “devedor”, o Estado do Paraná) e ao mesmo tempo como presidente da Copel (ou seja, como dirigente máximo da empresa “credora”).

## 6. CONTRATOS DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA - PARCERIAS

### 6.1 – Desenvolvimento da UEG Araucária

O objeto deste sub-relatório consiste na parceria realizada entre a Copel e a empresa El Paso para desenvolvimento de uma usina termelétrica no Estado do Paraná, denominada Usina Elétrica a Gás de Araucária (Ueg Araucária Ltda).

O sub-relatório limitou-se a apurar os fatos considerando apenas os atuais sócios do empreendimento, desconsiderando os que já se retiraram, eis que os mesmos transferiram suas responsabilidades aos que os sucederam, dentro das suas *expertises*.

Portanto, necessário que se diga que atualmente a El Paso tem a maior participação dentro da UEG, detendo 60% das cotas, enquanto a Petrobras e a Copel possuem participação acionária de 20% cada uma no empreendimento. No sub-relatório, os fatos históricos acerca desse empreendimento estão minuciosamente descritos, pelo que, por economia e em respeito ao excelente trabalho desenvolvido pelo Deputado Vanderlei Iensen, nos remetemos a ele para passar diretamente ao relato dos problemas e irregularidades que envolveram o desenvolvimento da UEG, e até hoje perduram.

Em relação ao projeto e construção dessa usina termelétrica, o que se apurou foi que houve uma aquisição equivocada de turbinas a gás, equipamentos esses IMPRÓPRIOS para o tipo de gás que seria utilizado como combustível da termelétrica. Tal erro – evidente – de planejamento e projeto gerou um grande aumento do custo de instalação da usina e em todo o empreendimento, em valor que remonta a quantia aproximada US\$ 42 milhões (quarenta e dois milhões de dólares).

Na sequência, se comprovou que o Contrato de Venda e Compra de Potência, celebrado entre a Copel e a UEG Araucária Ltda, denominado de contrato de PIE, onerou a Copel em custos que deveriam ser atribuídos principalmente à El Paso, que detinha a experiência técnica em construção da Usina. Referido contrato sequer foi homologado pela ANEEL, em razão dos critérios de reajuste de valores que não condiziam com as condições reais de mercado, o que violava disposições da Lei 10.192/01. Em decorrência deste contrato, evidentemente abusivo, **A COPEL já repassou a UEG cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) SEM QUALQUER CONTRAPARTIDA EM PRODUÇÃO DE, sequer, UM ÚNICO WATT DE ENERGIA.**

Descobriu-se, ainda, diversos problemas técnicos e operacionais na USINA, donde se chegou a conclusão de

que a mesma ainda não tem condições de operar de forma constante e segura, em razão de dois problemas principais: **(I)** a UPGN – Unidade de Processamento de Gás Natural - e os tanques de armazenamento (após processado o gás entregue pela Compagás, são extraídos o GLP e Nafta que, devem ser armazenados para futura comercialização) estão instalados bem próximos da usina geradora de energia, que, quando em funcionamento, produz faíscas capazes de causar uma ignição em vapores combustíveis que estiverem na atmosfera ao redor da usina.

Em face dessa situação - que em tese também materializa ERRO DE PROJETO - foram detectadas condições de elevado risco de explosão, através de medições quando se fazia o carregamento de um caminhão tanque na única baía destinada ao carregamento de nafta, no dia 30.01.2003, sendo que após essa data, a operação não mais se repetiu; **(II)** falta de cuidado, com relação à análise da compatibilidade entre as características elétricas da energia produzida pelas turbinas a gás e as mesmas características requeridas para que se possa inserir essa energia na Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

### 6.2 - Compra de Energia da CIEN

A Copel e Endesar (sociedade espanhola do Grupo Endesa, controlador da CIEN – Companhia de Interconexão Energética) mediante instrumento particular denominado “Protocolo de Cooperação” se propuseram a realizar análise, desenvolvimento, construção e exploração de projetos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Posteriormente as mesmas partes firmam um “Termo de Acordo” propondo-se a formar um Consórcio que posteriormente seria uma sociedade comercializadora, com o objetivo de analisar a participação conjunta na licitação para compra de energia firme, de origem Argentina, para o fornecimento ao sistema interconectado Sul/Sudeste/Centro Oeste.

A Copel, em final de 1997 e início de 1998, dispunha de um comitê constituído para analisar as oportunidades de compra de energia elétrica, que elaborou estudos, ressaltando a importância do risco de mercado e a importância de preços de compra de energia elétrica baixos, para minimizar este risco. Referidos estudos recomendam a não assinatura de contratos de compra.

Contudo, com base na informação de que faltaria energia, desconsiderando os alertas feitos pelo citado estudo, a Diretoria da Copel assumiu o compromisso de comprar mais 800 MW de energia da CIEN, além dos 469 médios da UEG e mais outros contratos de menor volume (Itiquira, PCH's, etc.)

Esta comissão concluiu - e os motivos estão minuciosamente expostos no sub-relatório - que a diretoria da Copel tinha consciência de que faltaria mercado para a comercialização de 800 MW negociados com a CIEN, mesmo considerando aquele cenário que apontava para escassez.

Outro fato irregular nesta negociação é que inicialmente o negócio seria pactuado na modalidade “take only” – a Copel pagaria apenas a energia efetivamente consumida –, porém acabou o sendo na modalidade “take-or-pay” – independentemente da utilização dos 800 MW contratados a Copel pagaria pelo total da potência disponibilizada.

Evidente, portanto, que referido contrato somente trouxe prejuízos à Copel.

As principais conclusões alcançadas pelo sub-relatório foram as seguintes: a) a Copel possuía extrema liberdade para estabelecimento de parcerias, o que permitia a prática de condutas irregulares e incompatíveis com o interesse público; **quanto a UEG:** b) a Copel assumiu responsabilidades que não eram suas resultantes do contrato para a formação da UEG; c) a empresa El Paso agiu em desacordo com o princípio da boa-fé, eis que em várias oportunidades esquivou-se de sua responsabilidade técnica mesmo em matérias de sua *expertise* transferindo-a à Copel; d) a declaração de entrada em operação comercial da UTE procedida pela UEG não possui eficácia jurídica, é apenas uma ficção, eis que de fato a efetiva operação jamais foi tecnicamente possível; e) o contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA) contém nulidades que justificam plenamente a suspensão de pagamento procedida por ordem do Governo do Estado do Paraná; f) a UTE apresenta graves problemas que impossibilitam seu funcionamento seguro, sem risco, eficaz e contínuo; g) as soluções técnicas possíveis para o problema da frequência são economicamente inviáveis, conforme laudo pericial subscrito pela R.W.Beck (empresa especializada na matéria). **Quanto a CIEN:** h) a Copel sofreu prejuízos em decorrência do descaso e imprudência da diretoria anterior, em especial seu ex-diretor presidente Ingo Hübert.

As recomendações em relação as relações Copel/UEG são as seguintes:

1) anulação do contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA);

2) ajuizamento de ações para resguardar a Copel de responsabilidade, bem como para reaver ressarcimento dos prejuízos.

No que se refere a contratação com a CIEN, ainda recomendou-se, no sub-relatório e corretamente, o ajuizamento de ações para responsabilização civil e penal para apurar responsabilidade dos que participaram de atos lesivos em detrimento da Copel.

## 7.COMPRAS DE AÇÕES DA SERCOMTEL

O sub-relatório atinente a aquisições de ações da Sercomtel pela Copel concluiu que esta negociação foi efetivada sem a realização de uma auditoria externa de avaliação da Sercomtel. Somente foi realizada auditoria interna pela própria Sercomtel. Tal fato, evidentemente, torna a referida negociação irregular, pois sem a auditoria

externa não havia possibilidade de se conhecer a real situação da empresa na qual a Copel estava investindo.

Apurou-se ainda que a assinatura do segundo contrato de opções de venda de ações da Sercomtel ocorreu sem a efetiva participação da Copel, pois houve uma relação direta entre os agentes financeiros que realizaram a intermediação da transação de aquisição das ações e a efetivação de depósitos no município de Londrina – recursos que posteriormente, segundo se apurou, foram desviados de finalidade. E tudo fica ainda mais suspeito na medida em que os responsáveis da Copel pela subscrição desse contrato não o assinaram; e, mesmo assim, o pagamento foi realizado.

De todo o modo, os trabalhos de investigação realizados consolidaram ainda mais as suspeitas do negócio especialmente em relação da sua necessidade e vantajosidade para a Copel. Para tanto, alguns elementos se destacam:

- o valor pago por 45% das ações do Sercomtel, no montante total de R\$ 186.000.000,00 (cento e oitenta e seis milhões de reais), revelou-se extremamente super valorizado, eis que um ano antes o próprio Sercomtel avaliava a integralidade de suas ações (portanto, 100% do patrimônio) em cerca de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais);

- a tramitação do processo de alienação das ações, com a contratação da suspeita intermediação do Banco FonteCindam, onde a pressa no pagamento de valores pela aquisição das ações estão descompassadas com um processo de análise das vantagens do negócio para as pretensões e objetivos da Copel;

- a inexplicável incoerência entre as declarações e explicações das várias autoridades da Prefeitura de Londrina e do Sercomtel (Rubens Pavan, Gino Azzolini Neto, e Luiz César Guedes), onde a regra é a inexistência de algum responsável pelo desenvolvimento dos aspectos mais complicados da operação de venda das ações;

- ainda que a compra das ações do Sercomtel visasse o objetivo do ingresso da Copel na área de telecomunicações, adquirindo-se com a parceria expertise na área – segundo afirmam diversos depoimentos dos então diretores da Copel, em especial de seu ex-presidente Ingo Henrique Hübert, como “justificativa” para o desembolso desses volumosos recursos –, negócio que foi concluído com a compra das ações em 14 de maio de 1998, verifica-se que a Copel só obteve da Anatel permissão para explorar serviços de rede e circuito especializados NÃO ABERTOS A CORRESPONDÊNCIA PÚBLICA, ou seja, somente destinados ao âmbito interno da empresa e pessoas jurídicas coligadas, conforme atos nº 61 e 62, de 23 de março de 1998, da Anatel; ou seja, sem sequer saber se efetivamente poderia operar redes abertas de telecomunicações – a justificativa para aquisição das ações do Sercomtel – a Copel desde logo adquiriu as ações. Mal comparando, é como se contratasse o piloto

sem saber se haveria avião para ser pilotado, em operação evidentemente lesiva ao interesse público;

Assim, essa CPI constatou que não havia plausibilidade para a realização do negócio de aquisição das ações do Sercomtel.

## 8. FORMAÇÃO DE PARCERIAS

Segundo o sub-relatório tornou-se premente a formação de parcerias pela Copel em razão de vários fatores, tais como, mudanças estruturais no cenário nacional relativas a política econômica e a nova regulamentação do setor elétrico, com a criação da ANEEL.

A partir de 1994 foram iniciadas várias modificações do sistema institucional do setor elétrico, para adaptação às novas exigências da Lei 8.631/93 (dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica, extingue o regime de remuneração garantida e dá outras providências.)

Em decorrência do novo panorama, através do qual se instaurou grande competitividade no setor elétrico, a Copel buscou autorização legal para a formação de parcerias, mediante a perquirição de novas fontes de energia e diversificação de suas atividades.

Assim, através da Lei 11.740 de 19 de julho de 1997 alterou-se a Lei 1.384/53, que instituiu a Copel, incluindo entre suas atividades fins, a transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, telefonia celular e outras de seu interesse, além de lhe conceder autorização para participar, majoritariamente ou minoritariamente em consórcios ou companhias com empresas privadas.

Prestou depoimento a esta comissão o Sr. Mário Sérgio Bertoni, (ex-diretor da Participações da Copel/DPA), quando informou que todas as decisões relativas às parcerias, tais como investimento necessário, retorno do investimento, cronograma físico-financeiro, etc., eram levadas a conhecimento da direção da empresa, e as decisões eram avaliadas pelo Conselho de Administração.

Neste caminhar, em resposta a pergunta formulada pelo deputado Durval Amaral, sub-relator desse assunto, respondeu:

*“os estudos eram levados para reuniões da Diretoria, depois para o Conselho de Administração, enfim, da liturgia jurídica que era orientada para esse tipo de assessoria na Copel. Eu posso lhe dizer deputado, que a Copel, quem a conhece bem, quem passou tanto tempo lá dentro, como eu passei, ela tem uma cultura, ela tem uma tradição interna que nenhum diretor é voto vencido dentro daquela empresa. Se houvesse qualquer contestação nós tentaríamos chegar ao debate e se a contestação permanecesse, o assunto era encerrado ali. Os senhores podem verificar que nesses últimos oito anos em que fui diretor da Copel, em nenhuma decisão os senhores vão verificar, que qualquer diretor que fosse, pela razão que fosse teria sido voto vencido. Ou se tinha um consenso ou não se tinha o negócio.”*

E, em resposta a questão levantada por este relator, Ratinho Júnior, quanto as parcerias em que a Copel tinha participação minoritária, se eram aprovadas somente pela Diretoria ou se também passavam pelo Conselho, o Sr. Bertoni respondeu: *“era o Conselho e a Diretoria também.”* (depoimento prestado em 22 de abril do corrente, constante na Ata da 9ª

reunião – fls.31)

Em 27 de maio de 1997 foi criada a COORDENAÇÃO DE GESTÃO DE PARCERIAS (CGP) vinculada à Presidência, e no ano seguinte foi substituída pela COORDENAÇÃO DE PARCERIAS E NOVOS NEGÓCIOS (CPN), vinculada à Diretoria Financeira.

Em 1999 com a reestruturação da Copel extinguiu-se a organização até então vigente e a empresa estruturou-se em cinco Unidades de Negócios: **GERAÇÃO, TRANSMISSÃO, DISTRIBUIÇÃO, TELECOMUNICAÇÕES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**. E compete às novas Diretorias: **PRESIDÊNCIA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA, PLANEJAMENTO, MARKETING, PARTICIPAÇÕES E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**, a definição de estratégias da Companhia e a normatização para as Unidades de Negócios.

Assim, as parcerias desenvolvidas ou em desenvolvimento continuavam vinculadas à Unidade de negócio respectiva e cada uma possuía seu gerente responsável, que recebia orientações da DPA. Com a finalidade de inventariar as parcerias e adequá-las às novas normas vigentes criou-se o SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE EMPREENDIMENTOS (SAE).

Apurou-se, então, a existência de 89 parcerias. Na sequência, foi executado um trabalho de profilaxia entre as parcerias, criando novos critérios a serem seguidos nos processos de estabelecimentos de parcerias.

Procurou-se sobretudo observar o “core-business” da empresa, que consiste na geração, transmissão e distribuição de energia, estabelecendo-se uma sinergia com estas atividades, uma complementaridade que propiciasse um serviço de multiempresa. A partir daí restaram 23 (vinte e três) parcerias, eis que ocorreu uma seleção natural entre os parceiros, bem como uma uniformização dos contratos. Esclareça-se, neste aspecto, que o sub-relatório informa que algumas fontes mencionam que realmente restaram 23 parcerias, enquanto outras falam em 26, como a tabela constante no sub-relatório (doc. 1, pág. 17, e doc. 2, pág. 14). Essa contradição, no entanto, não foi esclarecida a esta CPI, ainda que se tenha tentado inclusive através de solicitação telefônica da assessoria desta CPI.

Todas as parcerias estão devidamente descritas no sub-relatório, bem como os gastos com empreendimentos de geração não viabilizados, que ultrapassam 26 milhões de reais. Isso, sem contar alguns que a CPI não teve acesso, apesar de ter tentado, através do deputado Durval Amaral, com o Sr. Gilberto Serpa Griebeler (diretor administrativo de Participações da Copel), demais esclarecimentos em relação a este fato.

O sub-relatório concluiu também que muitas vezes a Copel não dispendia recursos financeiros, transformando a venda de serviços da sua área de engenharia e construção, com o aporte de capital nas empresas parceiras.

Como resultado da sinergia pretendida com as participações a Copel vendeu serviços para as empresas parceiras, no valor de R\$ 44.500.000,00, além de mais R\$ 21.000.000,00 de serviços contratados.

Prestando depoimento a esta CPI, o Sr. Gilberto Serpa Griebeler informou que teve dificuldade em encontrar documentos das primeiras parcerias, porque eram vinculadas a diversas diretorias e quando da centralização das mesmas, muitos arquivos desapareceram de dentro da empresa.

No que diz respeito ao pagamento de indenizações por rescisão de contratos com as parceiras por parte da Copel, o sr. Gilberto Serpa Griebeler informou que em relação as últimas parceiras se fez um encontro de contas, os documentos relativos a este encontro de contas não foram enviados a esta CPI, em que pese a solicitação.

Em 01 de julho de 2001 foram criadas subsidiárias integrais da Copel Holding, dentre elas, Copel Participações S/A (CopelPAR), e migraram para a nova empresa 26 (vinte e seis) parceiras restantes, todas enumeradas no sub-relatório.

CopelPAR incorporou os objetivos e instrumentos desenvolvidos pela DPA para prospecção e desenvolvimento de novos negócios, passando a utilizar, além dos conceitos de parceria, também os de: multiserviços, engenharia reversa, cadeia de valores e sinergia.

A carteira da CopelPAR se compõe de empresas e consórcios de diversos setores como saneamento, serviços, gás, telecomunicações, pesquisa e desenvolvimento, embora a predominância seja no setor de energia. O balanço de dezembro de 2002 demonstrou que a CopelPAR dispõe de um ativo de R\$ 444 milhões de reais, alocados em investimentos de participações em 16 empresas constituídas em 4 consórcios. O sub-relatório transcreveu os quadros e informações relativos à Carteira da CopelPAR, separando os empreendimentos em operação, empreendimentos em implantação, empreendimentos em estudo.

A atual gestão da Copel objetiva realizar a reavaliação de todos os ativos da carteira, tendo como estratégia a continuidade das parcerias nos empreendimentos voltados para o setor de energia elétrica e o afastamento dos empreendimentos que não fazem parte do *core-business* da Companhia.

O direcionamento da reavaliação das parcerias está centrado nos seguintes critérios: não participação em empreendimentos fora do Estado, mesmo que dentro do foco principal de atuação da Copel, além de por determinação do governador, somente participar de empreendimentos na condição de sócia majoritária.

Segundo informação prestada pelo Sr. Gilberto Serpa Griebeler a esta comissão, quando a atual Diretoria

da Copel tomou posse existiam 89 parcerias, atualmente restam 15.

Quanto aos aspectos gerais das parcerias informa ainda o Dr. Gilberto (segundo documento 4, anexo ao sub-relatório):

- quanto à rescisão das parcerias: *"Foi feita avaliação daquilo que foi investido, visto qual é o percentual de participação de cada um e, em comum acordo, se fez um encontro de contas e se acertou"* (doc. 4 pág. 41)

- Sobre o atendimento das parcerias existentes hoje (2003), quanto aos requisitos jurídicos, econômicos e financeiros fixados pelo DPA: *"nenhuma atende"* (doc. 4 pág. 43)

- Em todas as parcerias há um acordo para que a Copel participe indicando membros da Diretoria e Conselhos Fiscal e Administrativo, há alguma exceção?: *"em nenhuma delas a Copel deixa de participar, em todas elas, ou no Conselho ou na Diretoria"* (doc. 4 pág. 44)

- Relativamente à rentabilidade das parcerias, em percentuais inferiores ao previsto, pode-se afirmar que a Copel se descuidou do exercício de suas prerrogativas previstas nos acordos de acionistas?: *"não, eles sempre cuidaram com preocupação dos ativos que estavam lá, mesmo porque os ativos têm que dar uma rentabilidade e se não der, é cobrado dessas próprias pessoas. Então, não vi negligência. A preocupação das parcerias sempre foi ter um desempenho satisfatório e a grande verdade é que não conseguiram, o que é ponto pacífico também. E o que deveria ser feito? Deveria ter comunicado. Então, na realidade atuaram, mas não coibiram e poderia ser coibido"* (doc. 4 pág. 46)

- Quanto a perdas do que se investiu em estudos de parcerias: *"Não houve perdas! Nós vamos sair e vamos receber a nossa parte, quando a ANEEL confirmar o estudo. Esta é a regra do setor"* (doc. 4 pág. 50).

- Quanto aos multiserviços propiciados pelas parcerias: *"Admito que naquele momento, se essa multidisciplinaridade fosse realizada seria alguma coisa boa para o consumidor paranaense. Só que isso não se viabilizou. O que significa essa diversificação de atuação? Significava atuar junto com a telefonia e a água, fazer um escritório lá na sua cidade, que resolvesse todos os problemas do consumidor, no mesmo local. Entendo isso como multidisciplinaridade, que atenderia os anseios do consumidor. É muito melhor eu ir ao local e resolver os meus problemas de uma vez só: do telefone, de água, de luz, seria interessante. Só que na prática as corporações não admitem isso"* doc. 4 págs. 50 a 52).

- Quanto ao acesso da Copel às verbas públicas, em face das restrições do Banco Central: *"E aí a Copel fica de saia justa. Se não se valer da iniciativa privada, aliás o Governo Federal já sinalizou que a parceria com a iniciativa privada é fundamental para o desenvolvimento do sistema, as linhas base são as LT's."* (doc. 4 pág. 53)

- Quanto a edição de uma lei proibindo a possibilidade de formação de toda e qualquer parceria: *"Eu acho que isso estaria indo contra o momento hoje. O momento*

*hoje, determina que as parcerias, o apoio ao setor privado é fundamental para o desenvolvimento do setor público, então estaria na contramão da história na minha visão. Não é isso que o Governo Federal está determinando, ele está sinalizando para todo mundo, que quer sim que nos assuntos de infra estrutura deste país, que sejam eles colocados aporte de capital e co-responsabilidade, com cobranças de ambos os lados.” (doc. 4 pág. 52)*

Ainda neste item, o sub-relatório relatou o depoimento prestado pelo sr. Darci Fantin (sócio-gerente da DM Construtora de Obras – parceira da Copel).

Conforme conclusão desse relator, deputado Ratinho Júnior, após análise das informações do sub-relatório, foi possível verificar a falta de vinculação entre as parcerias realizadas e um planejamento de longo prazo adequado ao *core business* da empresa, mesmo quando diante de empreendimento relativo a geração de energia, ou seja, mesmo quando em vista a construção de PCH's – Pequenas Centrais Hidrelétricas – que poderiam incorporar-se a rede geradora da Copel.

Verifica-se pelos depoimentos tomados e documentos analisados, que havia um descompasso entre as parcerias e o foco nos objetivos essenciais da empresa. Ou seja, administrou-se tais parcerias como se fossem meros investimentos, esquecendo-se o princípio constante na redação dada pela alínea “e” do parágrafo único do artigo 9º da Lei Estadual 1.384/53 – instituidora da Copel – pela Lei Estadual 11.740/97, que, em verdade, abriu a possibilidade dessas lesivas parcerias onde a Copel poderia figurar como minoritária.

Ao final, far-se-á recomendações para tomadas de concretas providências, imediatas, para a correção dessas situações desviadas e violadoras do interesse público que deve estar sempre presente no caso da atuação da Copel, seja pela sua característica de sociedade de economia mista, seja pelo fato de ser uma das maiores concessionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica do Brasil – jungida aos princípios do interesse público.

## 9 - FORMAÇÃO DA EMPRESA TRADENER LTDA

Talvez a mais polêmica das parcerias envolvendo a Copel no governo Lerner (1994-2002), a investigação que se realizou acerca da empresa Tradener Ltda realmente justificou, com sobras de razão, essa polemicidade lamentável da empresa, pela profusão de irregularidades e violação aos princípios da moralidade e da probidade administrativa que essa empresa representou.

Segundo se constatou, em 1997, com a abertura do mercado de energia por força da nova matriz de sistema elétrico preconizada pelo Governo Federal de então, a Diretoria da Copel (já presidida, na época, por Ingo Henrique Hübert, que tinha como seu principal assessor – chefe – de Gabinete o Sr. Walfrido Ávila) resolveu

empreender estudos para formar uma parceria com a iniciativa privada para fins de “agilizar” o ingresso da Copel no mercado de venda de energia elétrica para grandes consumidores, através de acesso ao MAE – Mercado Atacadista de Energia. Parece evidente que a Copel possuía não só grande expertise nessa situação (eis que já “acostumada” a repassar energia de sua geração para outros estados e consumidores), mas também grandes estoques de energia excedente a custo muito baixo, pela existência de um parque gerador hidrelétrico, em sua maior parte, já com investimentos de instalação já amortizados.

Entretanto, ao invés de pesquisar o ingresso nesse mercado através de seus recursos e estrutura próprios, a Diretoria da Copel – seguindo, na época, o modelo de “privatização informal” da empresa – resolveu por constituir uma parceria com a iniciativa privada. Assim, com critérios bastante obscuros à luz do regime do Direito Público (visto que sequer o Sr. Walfrido e o sr. Ingo conseguem precisar qual o objetivo critério que levou a escolha dessa empresa), a Copel empreendeu, em 27 de julho de 1998, a formação da empresa Tradener Ltda. Veja-se o resumo da atuação dessa empresa consoante seu próprio site na internet:

*“Em 1998 a Companhia Paranaense de Energia - Copel, no intuito de preparar-se para a anunciada abertura do mercado de compra e venda de energia elétrica e a livre competição entre os diversos agentes autorizados para tal atividade, montou uma estrutura que possibilitou a sua atuação neste meio.*

*A atividade de comercialização de energia elétrica envolve uma série de riscos (volatilidade de preços, risco de crédito, operação do sistema, etc.). Portanto, foi necessário o estabelecimento de uma parceria com agentes privados detentores do conhecimento específico para a execução de tais atividades com o adequado gerenciamento das operações.*

*Esta parceria foi firmada com a empresa Logos Energia Ltda., com sede em São Paulo, a qual demonstrou interesse em tal empreendimento e o conhecimento adequado para a condução de sua estruturação. Desta forma, em 28 de julho de 1998 celebrou-se o Contrato Social da Tradener Ltda.*

*Houve, por parte de seus sócios constituintes, um traço de pioneirismo e vanguarda na criação da Tradener Ltda, pois somente em 13 de agosto de 1998 a ANEEL estabeleceu as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica no Brasil, através da Resolução ANEEL nº 265.*

*Em 19 de novembro de 1998, mediante a Resolução ANEEL nº 360, a Tradener Ltda foi devidamente autorizada a comercializar energia elétrica no âmbito do MAE.*

*Em 29 de junho de 1999, praticamente um ano após sua criação, a empresa paranaense DGW Participações Ltda passou a integrar a sociedade, e a empresa assumiu a atual configuração societária.”*

Veja-se que a Tradener se constituiu mediante subscrição de 45% das ações pela Copel, sendo que os outros 55% do capital investidos pela empresa Logos Energia Ltda (esta, resultado da associação entre a Logos Participações S.A, a empresa RHE Comercialização e Empreendimentos Ltda. e F. Ramos Engenharia Ltda.), num capital total inicial investido de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). **Aqui, a primeira coincidência lamentável: o diretor executivo da nova empresa Tradener, indicado pela acionista Copel, foi justamente o Sr. Walfrido Ávila!**

No primeiro período de atuação (de julho a novembro de 1998), não se tem notícia de grandes negócios ou avanços propiciados pela Tradener, inclusive porque a própria Copel ingressou no mercado como geradora de energia e, sem qualquer agente comercializador de energia – que é a natureza jurídica da Tradener, conforme o inciso I do artigo 3º da Resolução 265/98 da ANEEL – negociava venda de excedentes de energia para fora de sua área de concessão como distribuidora (evidente que o Estado do Paraná). Aliás, desde logo é possível verificar a falácia do “argumento” invocado pela Diretoria da Copel a época – e em especial dos Srs. Ingo Hübert e Walfrido Ávila em depoimentos perante essa CPI – da “necessidade” de constituição de um agente comercializador para que a Copel atuasse no mercado de venda de energia, já que a própria Resolução 265/98 da ANEEL permitiria a atuação direta da própria Copel nesse mercado, seja como concessionário de distribuição ou de geração, na forma dos incisos IV e V dessa mesma Resolução 265/98 da ANEEL.

A própria Tradener só obteve a autorização para ser agente comercializador em 19 de novembro de 1998, conforma a Resolução 360/98 da ANEEL. E a partir daí, a sucessão de “coincidências” – verdadeiras afrontas aos princípios da moralidade e da probidade administrativa – chocam qualquer um dotado de bom senso.

De início, o primeiro fato grave decorre da formação da empresa DGW Participações Ltda. – iniciais de seus sócios, Donato Gulin e Walfrido – em 29 de outubro de 1998, ou seja, ainda quando Walfrido Ávila trabalhava junto a Ingo Hübert na Presidência da Copel e, pior, ainda exercia o cargo de diretor executivo da empresa Tradener Ltda. A situação ainda se torna mais grave quando, em 01 de abril de 1999, ingressa na sociedade o Dr. Luiz Alberto Blanchet, que durante aquele período também exercia a função de Procurador Jurídico da Copel. Ou seja, é evidente e inescusável que esses dois citados “sócios” da DGW possuíam amplo acesso a informações privilegiadas da Copel, em especial no que pertine a questão da venda de excedentes de energia. Aliás, isso é tão evidente que tanto o próprio Walfrido quanto Ingo insistem em afirmar, em seus depoimentos, que era Walfrido que acompanhava, em nome da Copel, todas as negociações e reuniões temáticas relativas ao MAE – Mercado Atacadista de Energia – e ao desenvolvimento da nova matriz energética brasileira, perante a ANEEL, o

Ministério de Minas e Energia e o ONS – Operador Nacional de Sistemas.

Mas não é só. Outros funcionários (técnicos) da Copel também foram cedidos para a Tradener, como bem revela o Sr. Fábio Ramos, quando indagado pelo deputado Vanderlei Iensen a respeito dos nomes dos funcionários cedidos: *“Jorge Tadeu Calliari, Luiz Kamagawa, um grande técnico nessa área de modelagem, Regina Lobo que também era dessa área de modelagem e ela tinha um grande conhecimento da parte da operação que também era uma especificidade não acessível, só por literatura e alguns outros funcionários, Fabrício Muller também”* (Ata da 17ª Reunião, 20/05/03, pág. 23)

Porém, um dos casos relativos a cessão de funcionários da Copel para a Tradener que mais demonstram a inobservância do interesse público, é o que ocorreu com o funcionário Rodrigo Pinheiro Maia. Referido funcionário da Copel cursou mestrado nos Estados Unidos na área de Comercialização de Energia e quando retornou ao invés de permanecer nos quadros da Copel, foi trabalhar na Tradener. Ressalte-se que os custos do mestrado foram arcados pela Copel. O deputado Vanderlei Iensen indagou ao Sr. Fábio Ramos:

*“Nós temos a informação aqui que Rodrigo Pinheiro Maia, a Copel pagou para ele falar aqui que Rodrigo Pinheiro Maia, a Copel pagou para ele fazer um mestrado nos Estados Unidos mais ou menos, um levantamento que fizemos aqui, em torno de 100 mil dólares por ano. Ele levou 2 anos e meio, em torno de 300 dólares. Quer dizer a Copel paga, especializa e aí ele volta para trabalhar na Tradener?”*

Em resposta, o Sr. Fábio Ramos disse:

*“Não, é como eu lhe disse, ele não voltou para trabalhar na Tradener, ele voltou para trabalhar na Copel. A Copel na época que o mandou estava começando a tentar formar seus funcionários nesta área.”* (depoimento constante na Ata da 17ª Reunião, 20/05/2003, pág. 50)

Ou seja, o desvio de finalidade de tal ato é evidente. Do mesmo modo como ocorria com a contratação de verdadeiros escritório de “lobby” – disfarçados em consultorias na área jurídica – que, utilizados especificamente para beneficiar os interesses da Tradener, eram remunerados pela Copel, sócia minoritária do empreendimento. Nessa situação inseriu-se a “contratação” do Escritório Calazans e Associados e do escritório do ex-ministro das Minas e Energia Raimundo Brito, ambos em Brasília.

Mesmo após a obtenção da autorização perante a ANEEL, a Tradener não estava efetuando grandes negócios. Aliás, chama também a atenção que no dia anterior a constituição da DGW Ltda – lembre-se, em 29 de outubro de 1998 – a Copel tenha subscrito com a Tradener um “Convênio de Cooperação” onde, em síntese, se compromete a fornecer apoio, infra-estrutura, informações e pessoal “entre si” – é evidente que a desproporção entre a Copel e a Tradener permite concluir quem foi o benefici-



ado com o convênio. E, por “coincidência”, logo no dia seguinte Walfrido forma a DGW com o sr. Donato Gulin, tradicional empresário curitibano do setor de transporte coletivo e, mais recentemente, do setor de energia elétrica. E o mais interessante é que o Sr. Walfrido, em depoimento a CPI (cf. Ata da 16ª Reunião, 15/05/03, p. 18), ainda que apresente memória fotográfica em relação as datas relevantes para a Tradener, tenha conseguido se equivocar em relação à sua empresa DGW, eis que afirmou que a mesma teria sido constituída “no final desse ano (1998), começo de janeiro”.

A empresa passa a ter relevância operacional quando, em 01 de dezembro de 1998, é firmado o contrato com a Copel de comercialização de excesso de energia. Tal contrato, já objeto de apuração específica, consolida uma viabilidade comercial extremada para a Tradener, eis que essa empresa passa a deter tal controle sobre os excedentes de energia elétrica da Copel que mesmo quando tal excedente é oferecido diretamente – isto é, sem intermediação da Tradener – para o Mercado Atacadista de Energia – MAE – a Tradener recebe seu comissionamento. Ainda que Walfrido tenha afirmado que a Tradener teria contratado 220 MW/H para negociar e só tenha sido disponibilizado pela Copel 190 MW/H, não há nenhuma evidência que confirme tal afirmação, eis que a Tradener inclusive recebia por contratos dos quais não iniciou.

Mas o que chama a atenção é, efetivamente, o ingresso da empresa DGW Ltda. na Tradener. Veja-se que, constituída em 29/10/98, em 01/04/99 sofre modificação acionária, tendo ingressado na mesma o advogado Luiz Alberto Blanchet, procurador jurídico da Copel no período Ingo Hübner. E, em 29 de junho de 1999, ocorre o ingresso da DGW na Tradener, mediante a aquisição de 50% das cotas da empresa Logos Energia Ltda, e o mais interessante é que esse contrato de ingresso, como visto formulado em 29 de junho, faz menção a um “Contrato de Cessão de Direitos” que teria sido “firmado” em 30 de junho do mesmo ano!!! Ou seja, a negociação é tão evidentemente resultante de conluio que um contrato de ingresso da DGW na sociedade Tradener leva em conta um contrato de cessão de direitos dessa empresa com a Logos que sequer existia!

Ou seja, a estrutura de utilização de informações privilegiadas estava completa, e a tal ponto despreocupada com o princípio da moralidade e da impessoalidade que a Copel ainda mantém como seu Diretor Executivo indicado o Sr. Walfrido, em conjunto com a sócia ingressante DGW, da qual Walfrido era proprietário. A partir daí, por força do contrato de 1 de dezembro de 1998, a Tradener, em condições privilegiadas, passa a comercializar a energia excedente da Copel, verificando-se o auferimento de lucros privados com a utilização de patrimônio público sem qualquer espécie de licitação ou respeito aos mais mezinhos princípios da Administração Pública. E o exemplo mais gritante dessa relação promíscua ocorreu no contrato com a Celesc, onde poderia a

Copel – sem nenhum óbice legal – contratar diretamente com a referida empresa, que detém a concessão de distribuição no Estado de Santa Catarina e, portanto, não é “consumidor livre” na forma da lei. Mesmo assim, a Tradener foi “incluída” num negócio de cerca de R\$ 1 bilhão, e receberia cerca de R\$ 20 milhões simplesmente por “existir”. Evidente a violação aos princípios da administração pública!

Essa CPI apurou também que a Tradener inclusive veio a receber comissionamento de contratos que não iniciou, como, por exemplo, o contrato com a empresa Volkswagen do Brasil S/A, que, negociado pela Copel diretamente desde o início de 1998, foi tornado operacional em outubro de 1999 e, neste momento, a Tradener passou a receber o comissionamento, sob a alegação – feita por Walfrido – de que teria sua empresa “facilitado o registro” do contrato na ANEEL e sua operatividade pelo ONS. Mas nada disso restou, sequer, tangencialmente provado pelos documentos acessados pela CPI.

E, para completar, em 01 de julho de 2000, diante da iminência da privatização da Copel, a Tradener impôs – obviamente, com a aquiescência do Sr. Ingo Hübner e demais diretores da Copel – um acordo de acionistas onde restava garantido a Tradener o pagamento antecipado de todos os haveres que a empresa teria direito por todos os contratos de venda de excedentes de energia realizados com a sua participação e interveniência. Ou seja, em caso de privatização da Copel, os ativos realizáveis a longo prazo da Tradener na sua relação como comercializadora da Copel seriam materializados de imediato! Como bem afirmou o presidente dessa CPI, um verdadeiro negócio “de pai para filho”.

Por fim, o mero exame da Resolução 265/98 da ANEEL, sobretudo dos incisos IV e V do seu artigo 3º, permite concluir que a Copel poderia, com seus qualificados funcionários e recursos próprios, ter diretamente realizado todo o processo para fins de venda direta da energia excedente, agregando resultados positivos sem qualquer “agente comercializador”, verdadeiro atravessador legalizado. Mas não era esse o objetivo da administração anterior, e dessa visão “política”, combinada com uma vontade de ajudar os “amigos”, nasceu a Tradener.

Evidencia-se, assim, que todo o processo de formação e operação da Tradener, em verdade, jamais teve como objetivo o bom atendimento aos interesses da Copel, mas sim utilizar-se do maior patrimônio do povo do Paraná para o fomento e constituição de uma vantajoso negócio para ex-funcionários influentes da Copel e alguns privilegiados sócios privados. Num processo onde a utilização de informações estratégicas por funcionários de direção de uma empresa que é controlada pelo Estado do Paraná não só foi corrente como – e sobretudo – uma regra utilizada sem a menor preocupação, com a maior desfaçatez, e com a absoluta conivência e, em verdade, até incentivo da Direção da Copel.

Atualmente, decidiu a atual Direção da Copel – corretamente, ao ver desse Relator – pela sua retirada

como sócia da Tradener, bem como pela rescisão dos contratos de venda de excedente de energia. Entretanto, além da ação, esse relator entende por sugerir outras medidas, que ao final serão destacadas.

## 10. CONCLUSÕES - ENCAMINHAMENTOS - RECOMENDAÇÕES

### 10.1 - Créditos Tributários

Por todo o acima exposto, as informações dos sub-relatórios específicos, e em face dos documentos que instruem o presente relatório, conclui esta CPI:

pela remessa deste relatório ao Ministério Público Estadual para apurar a responsabilidade dos atos decorrentes do deferimento de créditos tributários para a empresa Olvepar, e a aquisição destes créditos pela Copel, cometidos pelo Sr. **Ingo Henrique Hübert - artigo 10, VI<sup>1</sup>** (Lei de Improbidade Administrativa), especialmente pela ausência de realização de auditoria nos cálculos apresentados unilateralmente pela empresa. Isso porque, a Lei de Improbidade *"ao utilizar expressão 'operações financeiras', cuida não somente da aplicação legal desse ou daquele recurso público, exaustivamente regulado e previsto nos orçamentos (dotações), como também de recursos, inversões financeiras ou quaisquer outras operações que envolvam manipulação de recursos públicos"* <sup>2</sup>; **artigo 4º, II da Lei 1579/52<sup>3</sup>**, pelas afirmações falsas que fez perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito, todas constantes no seu depoimento prestado em 02 de setembro (Ata da 36ª Reunião).

Da mesma forma, também entendemos que o Ministério Público deve apurar a ação do ex-secretário de governo **Dr. JOSÉ CID CAMPÊLO FILHO**, pela elaboração do parecer que fundamentou o deferimento da restituição de créditos tributários para a empresa Olvepar. Isso porque, quando proferiu citado Parecer, tinha em mãos a ÍNTEGRA do processo administrativo, sendo-lhe exigido, face a condição de advogado, que examinasse os documentos que compunham o processo, onde presume-se teria percebido a existência de sucessivos indeferimentos judiciais a mesma pretensão que aprovou, em tese, no parecer.

Recomendamos ainda, conforme consubstanciado no sub-relatório sobre créditos tributários elaborado pelo deputado Tadeu Veneri:

1. "VI - realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea;"

2. Figueiredo, Marcelo *in* Probidade Administrativa, Comentários à Lei 8429/92 e Legislação Complementar, Ed. Malheiros, 4ª ed., p. 88

3. "II - Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, tradutor ou intérprete, perante a Comissão Parlamentar de Inquérito; Pena - A do artigo 342 do Código Penal."

· envio desse relatório ao Ministério Público Estadual para providências nos processos judiciais já em andamento;

· envio desse relatório ao Juízo da 2ª Vara Criminal para que utilize todas as informações ora apuradas como prova na Ação Penal decorrente da denúncia apresentada pelo Ministério Público do Paraná, em relação à operação Copel/Olvepar;

· envio desse relatório ao Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, Falências e Concordatas da Comarca de Curitiba, para que utilize as informações como prova na Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Paraná em relação a operação Olvepar e Copel, bem como para fins de bloqueio e sequestro dos bens das empresas envolvidas nas irregularidades, sem prejuízo da suspensão e impedimento do direito de contratar com a Administração Pública;

· envio desse relatório ao Juízo da Falência da Olvepar S/A Indústria e Comércio para ficar ciente da fraude cometida contra a massa falida e seus credores, e ainda, para que tome as providências para responsabilizar o Síndico da Massa Falida e seus procuradores Luiz Sérgio da Silva e Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini;

· envio desse relatório ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

· envio desse relatório ao Ministério da Justiça para que adote as medidas de sua alçada;

· envio desse relatório à Receita Federal para que investigue os valores de todas as pessoas físicas e jurídicas que receberam recursos e não os declararam;

· envio deste relatório ao Ministério Público Federal e Estadual para que requeiram o rastreamento dos valores recebidos pela Olvepar S/A Indústria e Comércio e Adifea com o objetivo de identificar o beneficiário final dos valores recebidos pelas pessoas físicas e jurídicas já relacionadas nesse relatório;

· indicar ao Ministério Público Estadual e Federal para que investiguem as pessoas intimadas por esta CPI e que não compareceram para depor nos dias e horas designados, a seguir relacionadas:

a) Luiz Sérgio da Silva (compareceu na reunião do dia 08/04/03, deixando de comparecer em 11/09/03)

b) Rogério Figueiredo Vieira (não compareceu na reunião do dia 09/09/03, tendo sido ouvido por carta precatória no Rio de Janeiro em 27/10/03);

c) Antonio Carlos Brasil Fioravanti Pieruccini Brasil Fioravante Pieruccini (compareceu na reunião do dia 10/04/03 e deixou de comparecer no dia 24/06/03);

· indicar ao Ministério Público que investigue o envolvimento do Sr. Alberto Youssef no caso apurado por esta CPI;

· indicar ao Ministério Público Estadual que investigue todas as contratações envolvendo as empresas Rodosafra, Insol-Intertrading do Brasil, Olvetril, Olvepar S/A Indústria e Comércio, Centro Sul e Adifea, no Estado do Paraná;

- indicar à Companhia Paranaense de Energia Elétrica que institua um serviço de ouvidoria e ombudsman, com a estruturação de um serviço do tipo “0800” para receber, gratuitamente, reclamações e denúncias sobre má gestão dentro da empresa;

- sugerir ao Governo do Estado do Paraná e a Direção da Copel à criação de um Conselho Popular para Controle Externo da Gestão da Copel;

- registrar a constatação desta Comissão da omissão da Administração e do governador do Estado anterior por estas operações irregulares que resultaram em prejuízo à Copel e ao Erário Público Estadual.

No que se refere à contratação da Adifea, conclui esta CPI pelo encaminhamento deste relatório ao Ministério Público Estadual para apurar a conduta irregular de contratação da referida empresa sem licitação, bem como pelo pagamento irregular e contrário ao previsto no contrato, praticada pelo Sr. **INGO HENRIQUE HÜBERT**, especificamente pelo cometimento do crime previsto no artigo 89 da Lei de Licitações<sup>1</sup> (Lei 8.666/93). E ainda, pela prática, em tese, das condutas tipificadas no **artigo 10, I, X, XI e XII<sup>2</sup>** da Lei da Improbidade Administrativa, sem prejuízo da responsabilidade de todos os beneficiários desses atos irregulares que auferiram quantias com as irregulares condutas do esquema Adifea/Copel, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei 8.429/92.

Da mesma forma também devem ser apuradas condutas do Sr. **Rogério Figueiredo Vieira**, o qual, inclusive, deve responder pelo cometimento do delito previsto no já citado artigo 4º da Lei 1.597/92 (fazer afirmação falsa perante a Comissão Parlamentar de Inquérito).

E ainda, conforme algumas indicações do sub-relatório elaborado pelo deputado Tadeu Veneri, e ainda complementadas por determinações desse relator:

- que a Copel, através de seu Departamento Jurídico, ajuíze ações requerendo a nulidade do contrato e a restituição aos cofres públicos dos valores pagos irregularmente a Adifea;

- o envio desse relatório, bem como dos documentos referentes à contratação com a Adifea, ao Ministério Público Federal para que investigue a atuação da mencionada entidade em todo o País;

- o envio desse Relatório para a Reitoria da USP – Universidade de São Paulo, para que essa tenha ciência do uso do nome da instituição para a realização de negócios ilícitos com a Administração Pública e tome as providências legais;

- envio das notas fiscais de pagamento dos “honorários” da Adifea para a Secretaria da Fazenda – Departamento da Receita Municipal da Prefeitura de São Paulo – SP (sede da entidade) e da Prefeitura Municipal de Curitiba – PR (local da prestação dos serviços), para que apurem eventual sonegação de tributos empreendida pela Adifea e tomem as providências devidas;

- envio desse Relatório e dos seus documentos e conclusões para o Ministério Público do Paraná, para que ajuíze as ações competentes para a punição criminal e cível dos responsáveis e beneficiários, bem como para a restituição ao Erário dos recursos que lhe foram indevidamente retirados;

- por fim, envio do presente ao Governo do Estado do Paraná para que providencie a rescisão, de imediato, de todos e quaisquer ajustes ainda existentes com a Adifea, bem como para que suspenda qualquer pagamento ainda pendente, por qualquer órgão, ente ou empresa controlada, com a referida entidade.

## 10.2 - Caso Sercomtel

Conforme conclusões do sub-relatório elaborado pelo deputado Alexandre Curi, apresentamos as seguintes recomendações:

- que a Copel procure alienar os 45% das ações da Sercomtel, que foram adquiridas em 1998 pelo valor de R\$186 milhões corrigidos, conforme inclusive citado como objetiva da atual Administração da Copel pelo depoimento do Sr. Gilberto Serpa Griebeler, diretor da CopelPAR, prestado a essa Comissão;

- que a Copel proceda a auditoria e sindicância interna para apurar as responsabilidades dos responsáveis pela conclusão desse negócio, inclusive aferindo se na época efetivamente haviam condições de ingresso da empresa no mercado de telecomunicações, exigindo ressarcimento dos responsáveis pelo negócio caso apurada má-fé.

2. “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário, qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no artigo 1º desta lei, e notadamente:

I - facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no artigo 1º desta lei;

X - agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;

XI - liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;

XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente;”

1. “Art. 89 - Dispensar ou inexigir licitação fora das hipóteses previstas em lei, ou deixar de observar as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade;

Pena - detenção, de 3 (três) a 5 (cinco) anos, e multa.”

### 10.3 - Caso UEG e CIEN

Consoante as recomendações constantes no sub-relatório elaborado pelo deputado Vanderlei Iensen atinente as relações Copel/UEG, indicamos:

- a anulação do contrato de Venda e Compra de Potência Assegurada (PPA);

- ajuizamento de ações para resguardar a Copel de responsabilidade, bem como para reaver ressarcimento dos prejuízos.

- em face do risco de racionamento decorrente da atual fase de baixa precipitação pluviométrica, que o Governo do Estado estude condições de operação da UEG mediante assunção provisória do controle da usina, com início das operações somente em ótimas condições de segurança.

No que se refere a contratação com a CIEN, recomenda-se:

- ajuizamento de ações para responsabilização civil e penal para apurar responsabilidade dos que participaram de atos lesivos em detrimento da Copel, bem como renegociação do contrato em termos menos inadequados para a Copel;

- envio para o Ministério Público Estadual e Federal, para apuração das responsabilidades e ajuizamentos das ações cíveis e criminais competentes;

- em face do risco de racionamento decorrente da atual fase de baixa precipitação pluviométrica, que o Governo do Estado assegure condições de operação da UEG mediante assunção provisória do controle da usina, com início das operações somente em ótimas condições de segurança.

### 10.4 - Parcerias

- Comunicar o fato da autorização irregular de parcerias de PCH's, anteriormente suspensas, ao senhor governador do Estado e ao Ministério Público Estadual.

- Indicar ao Ministério Público a investigação do favorecimento dispensado às Centrais Elétricas do Rio Jordão (usinas de Santa Clara e Fundão) que, ao contrário das demais usinas que tiveram as Licenças canceladas pela Portaria 76/03, do IAP, foi posteriormente excepcionalizada, mediante a concessão de nova Licença Ambiental, o que caracteriza um injustificado privilégio.

- Como forma de reparar a discriminação, esta CPI apresenta um Projeto de Decreto Legislativo para suspensão dos efeitos das Portarias que outorgaram licença às usinas de Santa Clara e Fundão (Centrais Elétricas do Rio Jordão).

Justifica-se a constitucionalidade e legalidade da edição de ato normativo desta natureza por este Poder Legislativo, na medida em que o I.A.P., extrapolando a discricionariedade que informa o ato administrativo, incorreu em arbitrariedade e facciosidade configurada na falta de motivação do ato de cassação das autorizações anteriores, legalmente concedidas em face do preenchi-

mento das condicionantes legais estabelecidas no ordenamento jurídico nacional e estadual sobre o setor energético, alegando genericamente a falta de interesse público e sem prestar qualquer esclarecimento quanto aos critérios adotados para a posterior mudança de entendimento que inspirou a concessão de nova autorização a apenas duas usinas de um mesmo grupo empresarial do qual a Copel nem mesmo é acionista majoritária, e cuja autorização anteriormente cassara.

- Para melhor proteger os interesses da Copel, propõe também esta CPI a apresentação de Projeto de Lei vedando a compra de energia elétrica pela Copel, das parcerias que ainda não estejam gerando energia (em fase de implantação ou de estudos) e nas quais não figure como acionista majoritária.

A medida justifica-se porque na qualidade de adquirente da energia é a Copel quem garante e viabiliza economicamente o negócio, permitindo que o empreendedor capte os recursos financeiros necessários para o seu negócio. Nada mais justo que a Copel figure na sociedade como acionista majoritária.

- Encaminhamento de cópia das conclusões desta CPI ao BNDES.

- Comunicar ao Senhor Governador e à Presidência da Copel a falta de integral colaboração da CopelPAR com esta CPI - sub-relatoria de Parcerias, Deputado Durval Amaral - caracterizada pelo não envio das informações solicitadas e na conseqüente obstrução dos trabalhos investigatórios desta Comissão. As informações referidas foram objeto de solicitação desta CPI por ocasião do seu depoimento, fls 41, 42, 43, 46 e 55, doc 4, notas taquigráficas em anexo. Foram também solicitadas pelo Ofício 165/03 da Presidência desta Comissão (cópia anexa), e posteriormente, por telefone, pela assessoria do sub-relator deputado Durval Amaral, sendo que o Ofício de nº CPA-C/248/2003, de 9/09, traz apenas informações parciais relativamente a todo o solicitado por esta CPI (cópia anexa).

### 10.5 - Tradener

Também em face do apurado, verificando-se clamorosos indícios de operações irregulares e abusos das mais diversas ordens no processo de constituição e operação da Tradener S.A., recomenda-se:

- envio dos documentos, do relatório e das conclusões a Diretoria da Copel, bem como ao Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba - PR, para sua anexação no processo de autos 24.307/2003;

- envio dos documentos, do relatório e das conclusões ao Ministério Público do Estado do Paraná, para que tome as medidas cabíveis, nos âmbitos cível e criminal especialmente em face de Ingo Henrique Hübert - na condição de presidente da Copel; Walfrido Ávila e Luiz Alberto Blanchet - pela condição de ex-funcionários de cúpula da Copel e acionistas/proprietários da empresa DGW Participações Ltda - e Donato Gulin - pela condi-

ção de acionista/proprietário da DGW, tudo com base na Lei da Improbidade Administrativa, em especial com relação ao parágrafo único do artigo 1º em relação aos beneficiários dos atos irregulares;

• a aprovação do projeto de lei – proposto ao final – em relação a formação de novas parcerias pela Copel.

Em relação as demais parcerias formadas pela Copel, seja para atuação na sua área específica – geração, transmissão e distribuição de energia elétrica -, especialmente as construções de PCH's, ou ainda formação de parcerias fora do seu ramo de atuação, esta CPI ainda propõe a aprovação de um projeto de lei, para regular a atuação da Copel, democratizar a participação na tomada de decisões, e instituir fiscalização permanente da Assembléia Legislativa, propondo a atuação da mesma de forma preventiva, visando assegurar a formação de parcerias com observância do interesse público.

## 11 - PROJETOS DE LEI – CPI DA COPEL

### 1) Autorização para alienação das ações da Copel:

Atualmente o Governo do Estado do Paraná ainda tem autorização para efetivar a alienação das ações da Copel, conforme a Lei Estadual nº 12.355/98, e também em face da ainda vigente REJEIÇÃO do projeto de iniciativa popular que PROIBIA a venda das ações da Copel. Entretanto, conforme recente decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, a sessão de votação do projeto de iniciativa popular que REVOGAVA a Lei Estadual que concedeu autorização para alienação das ações da Copel, foi considerada IRREGULAR. Pelo exposto, essa CPI CONCLUI por recomendar a aprovação de uma EMENDA CONSTITUCIONAL para fins de proibir a alienação de ações que importem em perda do controle acionário por parte do Estado do Paraná sobre a Copel. Ou seja, restando determinado que seja OBRIGATÓRIO ao Estado do Paraná a manutenção da propriedade de mais de 50% das ações da Copel com direito a voto, mantendo-se sua característica de sociedade de economia mista sob o controle do Estado do Paraná.

### 2) Parcerias da Copel com a iniciativa privada:

Ficou constatado por este relator, Ratinho Júnior, que a antiga administração da Copel realizou várias parcerias extremamente lesivas a saúde da empresa e que, em verdade, só resultavam em benefícios para os parceiros privados, em detrimento dos interesses da Copel e, sobretudo, da população paranaense. A lesividade destas parcerias resultava, também, do método de formação das mesmas, sem qualquer controle específico, especialmente externo à Diretoria da Copel. Tais condutas lesivas, demais de também resultado direto dos equívocos gravíssimos da política energética do Governo Federal entre 1993 e 2002, também decorria da inexistência de nenhum instrumento de controle efetivo da Diretoria da Copel, que administrava a empresa sem qualquer transparência e

sob critérios que, afirmando-se empresariais, em verdade resultavam lesivos aos interesses da população. Tudo isso por força da Lei Estadual nº 11.740, de 19/06/97, que, ao acrescentar alínea ao parágrafo único do artigo 9º, da Lei Estadual nº 1.384/53, permitiu essa profusão de parcerias sem qualquer lógica com o interesse público e onde a Copel podia residir como SÓCIO MINORITÁRIA. Nesse sentido, apresenta-se em anexo a proposta de uma lei estadual que, REVOGANDO essa Lei Estadual 11.740/97, exigirá sempre PRÉVIA AUTORIZAÇÃO da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para TODA E QUALQUER parceria da Copel com empresas privadas (excluídas, portanto, parcerias com empresas públicas e sociedades de economia mista, cujo controle já é bastante efetivo), bem como que em TODAS as parcerias a Copel seja o SÓCIO MAJORITÁRIO. Ainda nessa linha, far-se-á a apresentação de um projeto de DECRETO LEGISLATIVO revogando todas as autorizações (bem como as licenças ambientais) de parcerias já concedidas, especialmente aquelas que, revogadas no início do atual Governo, foram concedidas novamente sem maiores explicações. Desse modo, somente com a plena autorização mediante a nova legislação ora proposta é que serão legalmente constituídas novas parcerias, para todas as áreas, pela Copel.

### 3) Controle social da administração da Copel:

Por fim, outra das constatações da CPI é que o Conselho de Administração da Copel não exerceu seu papel na medida em que deveria, pois que, além de órgão estratégico de direção da empresa, deveria ainda ser o órgão onde o controle social sobre a empresa exercer-se-ia de maneira mais efetiva. Neste sentido, a CPI, através do Relator, também apresentará um Projeto de Lei dinamizando e democratizando a participação popular e o controle social sobre o Conselho de Administração da Copel, tornando efetivo o princípio da transparência que deve informar a administração de uma empresa tão relevante e estratégica para a população do Paraná.

### É O RELATÓRIO.

(aa) MARCOS ISFER

Deputado Estadual – Presidente da CPI da Copel

RATINHO JÚNIOR

Deputado Estadual – Relator da CPI da Copel

PROJETO DE LEI /2003

### SÚMULA:

Altera o artigo 9º da Lei Estadual nº 1.384/53 (instituição da Copel), revogando a Lei Estadual nº 11.740/97, instituindo obrigatoriedade de participação majoritária da Copel em parcerias e instituindo controle prévio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para o empreendimento das referidas parcerias, e dá outras providências.

**A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu, Governador do Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, PROMULGO a seguinte lei:**

Artigo 1º - Fica com a seguinte redação a alínea "e", ao agora parágrafo primeiro do artigo 9º, da Lei nº 1.384, de 10 de novembro de 1953, bem como instituídos um parágrafo segundo e terceiro ao referido dispositivo legal, com a seguinte redação:

" § 1º - ...

a) ...

...

e) desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos, de telefonia celular, e outras atividades de interesse para a Copel e para o Estado do Paraná, ficando autorizada, para estes fins e para os previstos nas alíneas "b" e "c", a participar, somente majoritariamente, de consórcios ou companhias com empresas privadas, na forma dessa lei.

§ 2º - Toda e qualquer parceria a ser empreendida pela Copel, na forma desse artigo e do parágrafo anterior, será previamente submetida à aprovação do Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, mediante apreciação de Relatório Circunstanciado onde apresentadas as características gerais do projeto.

§ 3º - Durante todo o tempo de execução das parcerias empreendidas pela Copel e autorizadas, na forma dessa lei, a Copel fica obrigada a apresentar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, anualmente, relatório do seu desenvolvimento, onde devem ficar demonstrados os resultados negociais, as questões ambientais e de impacto humano. "

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Estadual nº 11.740, de 19 de junho de 1997.

Curitiba, 17 de novembro de 2003.

**RATINHO JÚNIOR**

Deputado Estadual – Relator da CPI da Copel

**MARCOS ISFER**

Dep. Estadual – Presidente da CPI da Copel

**PROJETO DE LEI – PARTICIPAÇÃO DA  
SOCIEDADE CIVIL NO CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO DA COPEL**

A CPI, através de seus membros, vai apresentar um projeto de lei – ou sugestão de mensagem a ser apresentada pelo governador do Estado, em caso de haver problemas reserva de iniciativa – ampliando a participação da sociedade civil no Conselho de Administração da Copel.

Para tanto, pretende-se criar em 05 (cinco) vagas no Conselho de Administração da Copel, vagas essas não

remuneradas (só eventuais custos de deslocamento e hospedagem seriam reembolsados, dentro de limites pré-fixados), mas com caráter deliberativo – ou seja, com os mesmos poderes dos demais Conselheiros – a serem preenchidas pelos representantes indicados pelas seguintes entidades de reconhecida representatividade da sociedade civil:

a) 1 representante da FIEP – Federação das Indústrias do Estado do Paraná;

b) 1 representante da ACP – Associação Comercial do Paraná;

c) 1 representante indicado pelas Centrais Sindicais nacionais com atuação no Estado do Paraná, a ser indicado pelas centrais e nomeado pelo Governador do Estado;

d) 1 representante do CREA/PR – Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Estado do Paraná;

e) 1 representante da OAB/PR – Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Paraná.

Essa composição asseguraria amplo controle social direto sobre as iniciativas da Copel, permitindo ampla transparência do debate e das decisões fundamentais da mais importante empresa sob o controle do Estado do Paraná."

Bem, senhoras e senhores.

Depois desse longo e extenso relatório formulado pelos sub-relatores e por este relator, gostaria de agradecer o privilégio de ter participado desta CPI e de ter tido, juntamente com os demais parceiros, o privilégio de colocar e apurar os fatos, onde mostramos que infelizmente houve alguns atos lesivos ao Estado do Paraná.

Gostaria também de agradecer ao presidente Marcos Isfer, o qual fez um trabalho brilhante e, democraticamente, fez com que todos os membros tivessem um trabalho com o seu respaldo e que todos tivessem uma liberdade muito grande de trabalho. Ao Vanderlei Iensen, ao Ademar Traiano, Alexandre Curi, Durval Amaral, Valdir Rossoni e Fernando Ribas Carli, um grande abraço e muito obrigado por nos ter dado o privilégio de ser o relator desta CPI.

**O Sr. Vanderlei Iensen**

**(Assentimento)**

Gostaria apenas de parabenizá-lo pela leitura do relatório e pelo excelente trabalho na elaboração do relatório final. Nós, no início, já parabenizamos o nosso presidente pelo trabalho e agora eu gostaria de expressar a nossa alegria de trabalhar juntamente com o relator, deputado Júnior, que fez um trabalho muito bom e eu gostaria de deixar isso registrado nos anais desta Casa.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado deputado!

**O Sr. Marcos Isfer**

Concede-me um aparte, deputado?



**(Assentimento).**

Gostaria de apresentar, como fez bem o nosso deputado Ratinho Júnior a toda a Assembléia este relatório da CPI da Copel, que é fruto de mais de quarenta sessões de oitivas de testemunhas, de mais de quarenta sessões de discussão, de muita tensão em alguns momentos, mais principalmente de muita participação por parte do deputado relator, Ratinho Júnior, dos deputados sub-reletores Vanderlei Iensen, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Alexandre Curi, do deputado Valdir Rossoni, Traiano e do deputado Carli, que em todos os momentos não mediram esforços para que pudéssemos chegar a este relatório.

A votação do relatório em Comissão já ocorreu na data de ontem senhor presidente e, portanto, o documento já está pronto para ser enviado aos órgãos, conforme o relatório indica. E eu queria, senhor presidente, ressaltar aqui junto ao senhor e ao 1º secretário, o papel dos servidores desta Casa, papel inestimável, sem o qual nós não poderíamos alcançar o resultado que alcançamos. E pedir também que uma solicitação que havíamos feito no início dos nossos trabalhos, de uma gratificação aos servidores, uma vez que em vários momentos eles foram além do horário de expediente e em inúmeras vezes tiveram que usar seus próprios veículos e equipamentos, para bem desempenhar suas funções. Se isso fosse possível, nós gostaríamos, senhor 1º secretário, e senhor presidente, deixar aqui registrado.

Agradecer a imprensa e a todos que efetivamente colaboraram. Desejar ao Ministério Público do Estado do Paraná, ao Ministério Público Federal, à Justiça Federal e à Justiça Estadual, que tomem as medidas que o povo do Paraná espera, com relação aos fatos aqui apurados. Agradecer ao incansável apoio da presidência desta Casa para com os nossos trabalhos, que em todos os momentos nos foi dado.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado, deputado Marcos Isfer.

Para finalizar, senhor presidente gostaria de mais uma vez agradecer, humildemente, essa incumbência que nos deram de ser o relator dessa importante CPI, dessa importante empresa que é a Copel.

Depois de oito meses de trabalho nós chegarmos nesse relatório, tão cansativo de ser lido e extenso, mas espero que ele sirva de apoio ao Ministério Público e à Justiça e que puna aqueles que fizeram dessa empresa, uma empresa particular, para ter benefício próprio. Espero que a Justiça puna àqueles que brincaram com a nossa empresa - uma empresa do Estado do Paraná - a Copel.

**O Sr. Neivo Beraldin**

Deputado Ratinho Júnior, quero cumprimentá-lo por este trabalho apresentado neste Poder.

Tenho certeza que pelo seu primeiro mandato popular, e jovem que é, serviu em muito esse trabalho

para o conhecimento da prática legislativa e, sobretudo, a importância que tem a nossa Copel. Tenho certeza, que como relator, V. Exa. foi um relator presente, porque demonstra na leitura desse relatório o profundo conhecimento que tem da matéria. Só quero cumprimentá-lo e dizer que o trabalho realizado pela CPI da Copel e pelo relatório apresentado por V. Exa. engrandece em muito este Poder. Este Poder cada vez mais precisa apresentar-se à sociedade, como um Poder regulador dos interesses do povo do nosso Estado, fiscalizador dos atos do Poder Executivo, Judiciário e do próprio Poder Legislativo.

V. Exa. fique certo que deixa com esse relatório, um trabalho concreto realizado e que vai marcar nos anais da Assembléia Legislativa, como um bom trabalho. Um trabalho de um deputado que se esmerou para elaborar um parecer, que venha atender aos interesses e anseios da sociedade e, que agora, encaminha ao Ministério Público, para que ele encontre as ações que possam ser movidas, dentro das recomendações desse relatório.

Muito obrigado e meus agradecimentos.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado, deputado Neivo Beraldin.

**O Sr. Natálio Stica**

Eu quero, da mesma forma, deputado Ratinho Júnior, parabenizá-lo e parabenizar toda a Comissão Parlamentar de Inquérito da Copel, a todos os deputados, membros desta Comissão pelo trabalho desenvolvido. O trabalho de uma Comissão Parlamentar, às vezes, para a sociedade, fica com a imagem que tudo acaba em pizza. Mal sabe que tem limites para as decisões tomadas, em uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O relatório lido por V. Exa. que com certeza lhe cansou não só na leitura, mas na elaboração, ele traz e aponta para que o Ministério Público, que é agora o órgão responsável pelas ações concretas, em relação a tudo que foi, depois de exaustivas reuniões da Comissão, conseguido apurar.

E tenho certeza, a Assembléia Legislativa cumpre o seu papel com os membros dessa Comissão, e a empresa, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, que continua sendo uma empresa paranaense, principalmente depois da última eleição, aonde numa ação do governador Roberto Requião mudou toda a estrutura que já estava praticamente de um entreguismo desta empresa, nós podemos dizer que a Copel continua do povo paranaense.

O relatório, muito bem elaborado por V. Exa. e pelos sub-reletores, aponta diversos erros de condução, quer por má fé ou má administração, estavam levando essa empresa à sua falência, literalmente falando.

Portanto, esta Comissão resgata para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de novo, repito, o papel da Assembléia de fiscalizador de todas as empresas públicas do nosso Estado.

Parabéns a V. Exa. pelo relatório, extensivo a todos os membros da Comissão pelo trabalho belíssimo que fizeram em nome da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Muito obrigado, deputado Stica, obrigado pelas palavras.

**O Sr. Reni Pereira**

Permite-me um aparte, deputado?

**(Assentimento)**

Gostaria de me somar aos deputados que me antecederam, cumprimentar a todos os membros da Comissão, em especial a V. Exa. ao presidente, deputado Marcos Isfer, e dizer que esta Comissão realmente enalteceu o Poder Legislativo do Estado do Paraná, agindo com imparcialidade e buscando objetivamente a verdade dos fatos onde quer que eles se encontrassem, muitas vezes arriscando até as próprias vidas, como foi o caso quando viajaram para a cidade de Londrina, que não deu teto e tiveram que pousar, inclusive num pouso de emergência, no Estado de São Paulo, buscando realmente cumprir com o papel que lhes foi incumbido.

Gostaria de parabenizá-los, a todos os membros, pelas atitudes e pela coerência adotada durante as investigações e tenho certeza que o povo do Paraná sairá engrandecido com todas as apurações levadas a termo por V. Exas., que tenho certeza que assim como V. Exas. cumpriram com esmero o seu papel, o papel que lhes foi atribuído, também o Ministério Público assim o fará, incriminando e responsabilizando as pessoas pelos possíveis desvios que cometeram.

**O SR. RATINHO JÚNIOR**

Obrigado, deputado Reni Pereira, gostaria de agradecer à minha equipe, ao Dr. Guilherme, à Dra. Flávia, que nos auxiliaram para fazer este relatório e a todos os deputados que nos ajudaram de uma maneira direta ou indireta nesta CPI e sair desta tribuna com a alma lavada em dizer que esta CPI não acabou em pizza.

Muito obrigado a todos vocês.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Quero, em nome da Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, cumprimentar o presidente Marcos Isfer, e cumprimentando-o cumprimentar o relator, os sub-relatores, os membros dessa Comissão de Sindicância, que realmente não mediram esforços com trabalho, com dedicação para trazer as informações necessárias à população do Paraná e dar subsídios, inclusive, ao Ministério Público para fazer ações decorrentes das irregularidades cometidas.

Nossos cumprimentos também aos funcionários desta Casa que participaram do trabalho efetivo dessa CPI.

**O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)**

Eu gostaria de comunicar a esta Casa que a nossa deputada Cida Borghetti recebeu ontem, no Clube Curitibano, o prêmio personalidade PPRW, que é a homenagem destinada a valorizar mulheres de expressão do nosso Estado do Paraná.

A deputada foi homenageada em razão da sua atuação política. Ao todo foram 32 homenageados e na oportunidade foram comemorados os 15 anos da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Portanto, eu gostaria de novamente parabenizar a nossa deputada Cida Borghetti.

**O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)**

Senhor presidente, ao mesmo tempo em que felicitto a deputada Cida Borghetti, quero dizer que ontem também no Clube Curitibano a embaixadora Teresa Maria Machado Quintela que já serviu o Brasil na Rússia e na Áustria fez palestra sobre o Barão do Rio Branco e a questão de Palmas.

Como todos sabem o Barão do Rio Branco garantiu ao Paraná, pelo seu arbítrio na questão contra a Argentina em 1985, todo o território de 30.591 quilômetros quadrados que vai desde Palmas até o Rio Paraná, o Rio Iguaçu e o Rio Santo Antonio, em todo sudoeste e oeste do Paraná, território que era pretendido pela Argentina. Não fora o Barão do Rio Branco nós não teríamos as cidades do sudoeste, por isso o Paraná tem hoje a cidade de Clevelândia porque foi o presidente Cleveland que, contra a advocacia do árbitro Zebalus que defendia a Argentina, deu a Rio Branco razão e deu ao Paraná e ao Brasil as terras do sudoeste e do oeste do Paraná.

A Academia Paranaense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná ouviram a importante palestra da ilustre embaixadora que preside a Fundação Alexandre de Gusmão e esta palestra foi também uma comemoração ao sesquicentenário do Paraná.

A embaixadora também depositou flores na Praça Generoso Marques no monumento ao Barão do Rio Branco que existe desde 1914, monumento que o povo de Curitiba ergueu ao grande barão dois anos depois da sua morte. Monumento que está, aliás como todos os outros de Curitiba, muito espoliado e abandonado nesta cidade onde a prefeitura não faz caso do patrimônio cultural.

Era isso.

**O SR. GERALDO CARTÁRIO**

Senhor presidente, nós nos associamos também à deputada Cida Borghetti, a exemplo do Luiz Nishimori porque enaltecer a classe política, nos dias de hoje, não é fácil, é muito difícil. E a deputada Cida Borghetti com seu prestígio nesta Casa, e que se estende a outros municípios do Paraná e certamente o povo de Maringá, que eu conheço muito bem, inteligente, a levará à prefeitura da cidade.

Mas, senhor presidente, emoção é o que esta Casa tem presenciado na sua existência, quando as galerias lotam, até os discursos se diferenciam e na emoção da CPI do Banco do Estado do Paraná, muito bem presidida pelo companheiro, deputado Neivo Beraldin, muito bem relatada pelo deputado Delegado Bradock e outros integrantes, na emoção certamente que ao perceberem que o Banco Itaú nada vem fazendo de bom para o nosso Estado, que o Banco Itaú se aproveitou de momentos difíceis, quando o presidente da República abandonou o Banestado, abandonou o Governo do Paraná como também o fez com o Bamerindus. Esta CPI ao tomar conhecimento desse enriquecimento estrondoso do Banco Itaú, houve por bem, com muita propriedade e inteligência, apresentar o projeto, senhor presidente, revogando a lei como um todo, a Lei nº 12.919.

E esta emoção foi de quatro, cinco dias que o projeto andou, passou na Comissão de Justiça, passou na Comissão de Finanças e chegou ao plenário e foi votado. Esquecendo, aqui não culpo ninguém, acredito que se trata da emoção da CPI, passaram por cima de um projeto apresentado por este deputado em fevereiro. Projeto que passou pela Comissão de Justiça e foi aprovado, encaminhado à Comissão de Finanças. Inclusive o relator na Comissão de Justiça que deu o voto favorável, foi o companheiro deputado Marcos Isfer.

Senhor presidente, esse projeto da CPI foi aprovado e já está sendo encaminhado ao governador Roberto Requião, que amanhã irá sancioná-lo. Restaria apenas que pedisse o arquivamento do projeto que apresentei. Mas, tomando conhecimento do projeto apresentado pela CPI, eles deixaram de citar a Gralha Azul, que é o grande filé mignon do Banco. A seguradora Gralha Azul não está incluída no dispositivo que esta Casa apresentou. Assim sendo peço a V. Exa. senhor presidente, que dê tramitação ao nosso projeto visto que iremos entrar com algumas emendas suprimindo o que já foi citado no projeto da CPI. E que o meu projeto pelo menos traga garantia que o Poder Público do Estado não mais se obrigue a assegurar junto à Gralha Azul, que hoje é do Banco Itaú.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Francisco Bühner.

**O SR. FRANCISCO BÜHRER**

Gostaria de cumprimentar a deputada Cida Borghetti por mais esse feito. Ela que muito bem representa esta Casa, nossa classe política. E também gostaria de agradecer a presença do nosso amigo ex-presidente da Câmara de Vereadores de Mandirituba, João Edilson, que hoje é secretário de Finanças da prefeitura de Mandirituba.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

O senhor deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Gostaria de fazer uma consulta à Mesa, se todos os documentos pertencentes a qualquer uma das CPI's que estão em andamento e estão concluindo nesta Casa, se nós os deputados que não fazemos parte da CPI podemos ter acesso a todos os documentos que foram remetidos? Isso precisa passar pelo Plenário? Precisa passar na hora da votação? Gostaria de consultar a presidência sobre esse documentos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Vou determinar inclusive a publicação da relatoria no Diário Oficial da Assembléia e todos os documentos estarão à disposição dos senhores parlamentares.

Esta presidência também quer associar-se às homenagens à nossa ilustre deputada Cida Borghetti, pela homenagem recebida ontem. E tenho certeza, foi uma das homenagens mais justas concedidas até hoje por aquela instituição.

Quero alertar aos senhores parlamentares que após o encerramento desta Sessão teremos ainda uma nova Sessão.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Não teremos o horário das lideranças?

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Conforme entendimento, conforme requerimento do nobre deputado Marcos Isfer, aprovado por esta Casa, todos os horários seriam preenchidos pelo Relatório Final da CPI.

**O SR. ELIO RUSCH**

Gostaria diante da manifestação do ilustre deputado Geraldo Cartário, no que diz respeito ao seu projeto que apresentou no início do ano, que visava revogar a Lei nº 12909, que é a Lei que instituiu e que dava poderes para privatizar o Banco do Estado do Paraná. Sabemos que esse projeto tem tramitado na Comissão de Constituição e Justiça e parou exatamente em outras Comissões. Entendemos também, que com calor da discussão e o envolvimento de diversas CPIs na Casa, principalmente na CPI do Banestado, presidida pelo deputado Neivo Beraldin e o seu relator deputado Bradock, com o afogadilho de fazer um projeto de lei que pudesse culminar com o encerramento dos trabalhos desta CPI e que essa mesma lei que a Assembléia Legislativa aprovou no dia de ontem, pudesse, num curto espaço de tempo, ser sancionada pelo governador do Estado do Paraná. E como esse projeto veio às pressas, apenas para que fique registrado nos anais desta Casa, tenho minhas dúvidas em relação à constitucionalidade desta lei.

Entendo, como já me manifestei em relação ao projeto dos transgênicos, como tenho me manifestado em relação à lei que visava a encampação do pedágio no Estado do Paraná e em relação a outras leis, para que fique registrado a minha preocupação que a Assembléia Legislativa tenha

aprovado um projeto de lei que pode se tornar inócuo ou que alguém possa argüir a inconstitucionalidade do mesmo. Para que não fique dúvida e para que fique registrado, como já disse, nos Anais desta Casa, gostaria apenas de lembrar; não obstante o fato legal para atenção de uma lei, devemos observar o preceito constitucional o qual dispõe, textualmente, que nos processo licitatório devem ser mantidas as condições efetivadas na proposta, gerando, ao vencedor: direitos, obrigações e deveres estabelecidos no contrato. Tendo a parte vencedora da licitação a garantia do cumprimento das obrigações do contrato, conforme o artigo 37, XXI, da Constituição Federal.

Senão vejamos. O que diz o artigo 37, senhor presidente? “A administração pública direta, indireta funcional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, Distrito Federal e dos municípios, obedecerá os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade. “Também tem o seguinte no inciso XXI: “Ressalvados os casos especificados na legislação - as obras, serviços, compras e alienação serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes. Com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências e qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento da obrigações”.

Diante do exposto, consideramos inócua a proposta, pois não podem ser alteradas as condições e obrigações de um negócio juridicamente realizado. Eu, como deputado e como cidadão, deixo registrado essa tese nesta Sessão de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado. Pela ordem, concedo a palavra ao deputado Neivo Beraldin.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, quero entender o pronunciamento do deputado Elio Rusch, como um pronunciamento preocupado com o Banco Itaú. A nossa intenção é dar ao Executivo uma lei para que ele cumpra a Constituição Federal e a Constituição Estadual. É evidente que não se pode dar a um banco privado o privilégio de manusear recursos públicos, sem concorrência pública, e foi o que essa lei que foi aprovada por esta Casa ontem fez. Corrigiu uma Lei chamada 12.909 e uma lei só pode ser anulada por outra lei e foi o que fizemos.

Não foi no calor da emoção. Foi, sim, a primeira ação prática da CPI do Banestado com resultado positivo. Tendo em vista, inclusive, que o governador do Estado virá amanhã a esta Casa, para sancionar esta Lei.

Era isso.

**O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)**

Apenas para comunicar que estivemos hoje à tarde, juntamente com o deputado Ângelo Vanhoni, deputado

Francisco Bier e deputado Duílio Genari na solenidade de assinatura do convênio do governo do Estado com as APAES do Paraná. Foi muito emocionante, recuperando o governo do Estado a dívida que tem a sociedade com as APAE's. Era o registro.

Obrigado.

**O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)**

Peço escusas a V. Exa., mas fui citado pelo deputado Neivo Beraldin. O deputado Elio Rusch não está defendendo o Banco Itaú não, jamais! Defendo o estado de direito do meu Estado e do meu País, que eu vivo. Acho que não podemos alterar a regra do jogo quando o processo está em andamento. Jamais! Não podemos viver num país e nem em um Estado, quando alguém faz os contratos, quando alguém faz os convênios, quando firma uma licitação e depois de licitado, nós queremos alterar o jogo. Eu, como parlamentar, não posso aceitar isso, que nós venhamos a alterar, porque vivemos no Brasil e ele é um estado de direito. E o deputado Neivo Beraldin é meu amigo, a quem estimo muito, pelo trabalho que V. Exa. faz, como parlamentar e como presidente da CPI do Banestado, mas não serve para mim esse sapato, quando V. Exa. diz para mim que estou defendendo o Banco Itaú!

Defendo a legislação, defendo o Estado, o direito onde resido, onde moro. E nós temos que respeitar a legislação. E a Constituição, na minha concepção está clara no artigo 37. Entendo que se alguém argüir a inconstitucionalidade dessa lei, ela será derrubada através de uma ADI.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

## **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Mauro Moraes, na qualidade de Líder do PL - Partido Liberal, indicando o nome do deputado para ocupar a suplência do deputado Chico Noroeste, na Comissão de Constituição e Justiça, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício ASS nº 05/2003, subscrito pelo deputado José Maria Ferreira, constante do expediente, comunicando que estará ausente do País, do dia 21 a 27 de novembro, na condição de representante da Unale, junto à Copa - Conferência Americana dos Legislativos Estaduais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria do deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** à Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** à Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Reni Pereira, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei e autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2726, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão ordinária, do dia 27 do corrente mês (quinta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 019/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que institui o serviço voluntariado no Estado do Paraná, mais especificamente nas fileiras da Polícia Militar e da Polícia Civil, com aproveitamento dos reservistas das Forças Armadas do Brasil. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 019/2003  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica a administração estadual do Estado do Paraná, autorizada a contratar, em caráter de voluntariado, reservistas das Forças Armadas do Brasil, por um período de um ano, sem vínculo empregatício direto com o Estado do Paraná, com fulcro na Lei Federal nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o trabalho voluntariado no Brasil.

Art. 2º - O serviço voluntariado será exercido mediante a celebração do termo de adesão entre a entidade pública, no caso o Estado do Paraná e o prestador de serviços.

Art. 3º - No caso em tela, o voluntário poderá ser ressarcido pelo Estado do Paraná em decorrência das despesas que comprovadamente realizar no desempenho das funções.

Art. 4º - Fica estipulado que este serviço de voluntariado será exercido nas fileiras da Polícia Militar do Paraná em toda a sua extensão, bem como ainda dentro

dos quadros da Polícia Civil do Paraná também na mesma proporção territorial.

Art. 5º - Fica também estipulado a proporcionalidade do número de voluntários em que o Estado do Paraná poderá receber para exercer o voluntariado, ou seja, para a Polícia Militar 30% e para a Polícia Civil 25% do total do efetivo em atividade.

Art. 6º - Em relação ao artigo 3º fica também estipulado que o ressarcimento dos voluntários não deverá exceder a metade do que percebe um soldado iniciante da Polícia Militar e um investigador de polícia 5ª classe.

Art. 7º - Os voluntários não poderão prestar serviços policiais sozinhos e quando acompanhados deverão estar desarmados, mas com equipamento de comunicação indispensável para o desempenho das funções.

Parágrafo Único - Os voluntários não poderão exercer atividade policial armados em hipótese nenhuma, sob pena de ter seu contrato de adesão rescindido unilateralmente pelo governo do Estado.

Art. 8º - Os voluntários deverão passar por um treinamento básico de 90 (noventa) dias nas respectivas academias de polícia às quais se encontrarem vinculados, para se instruírem basicamente de princípios básicos de ser um policial tanto militar quanto civil.

Art. 9º - O prazo do contrato de adesão do voluntariado será de um ano, prorrogável por igual período no interesse da Administração.

Art. 10 - Cabe às Corregedorias da Polícia Militar e da Polícia Civil o acompanhamento através de boletins dos chefes imediatos dos voluntários o comportamento e desempenho dos mesmos.

Art. 11 - O horário de trabalho dos voluntários não poderá exceder as 08 (oito) horas diárias, podendo ainda os mesmos concorrer a escalas de serviços se adequando aos trabalhos das unidades onde estarão prestando o voluntariado, mas nunca excedendo as 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 12 - Ficam ainda os voluntários obrigados a usarem uniformes com a indicação do "nome de guerra" e com a denominação de voluntário em destaque, a fim de que a população e seus próprios colegas percebam de imediato que se trata de um voluntário.

Art. 13 - Obriga-se o voluntário a submeter-se às regras da disciplina e hierarquia à qual estiver vinculado em seu trabalho de voluntariado.

Art. 14 - Sujeita-se o voluntário às normas penais como se funcionário público fosse, nos casos de trans-

gressões disciplinares ou ainda do cometimento de crimes específicos aos funcionários públicos em geral.

Parágrafo Único - Para efeito de punições e enquadramentos penais o voluntário ficará sujeito às normas do funcionário público do Estado e não ao Regulamento Disciplinar do Exército - RDE, mesmo estando o voluntário prestando seus atos de voluntariado nos quartéis da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Art. 15 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.11.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 376/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que disponibiliza vagas gratuitas nos Centros de Formação de Condutores e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003).**

## ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação para o município de Engenheiro Beltrão dos lotes de terras nºs 12 e 13, da quadra 54 da Planta Geral da cidade de Engenheiro Beltrão, de propriedade do governo do Estado do Paraná, para construção de prédio destinado ao funcionamento da escola municipal. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CTIC. COM EMENDA DA CCJ. Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.**

## ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que torna obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E ESP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 052/2003, de 25.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 380/2003

P A R E C E R :

### I - Histórico

O Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, torna obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais, nos processos da Carteira Nacional de Habilitação junto ao Detran-PR.

### II - Fundamentação

A Diretoria Legislativa apresentou parecer contrário ao projeto, aduzindo que é competência privativa da União legislar sobre trânsito e transportes.

O parecer é equivocado.

O projeto não apresenta óbice legal ou constitucional para sua tramitação.

A matéria tratada no projeto é de direito administrativo, não regulando qualquer situação quanto ao trânsito ou transportes, mas, sim, quanto ao procedimento administrativo de expedição da Carteira de Habilitação junto ao Detran-PR, com o objetivo de fiscalizar os impostos devidos ao Estado e municípios.

Desta forma, tem o Estado competência para legislar sobre a matéria bem como esta Casa de Leis, conforme artigo 53, incisos III e X da Constituição Estadual.

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

X - A criação, estruturação e definição das Secretarias de Estado;

### III - Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 16.09.2003.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente em exercício  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 380/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, tornando obrigatória a anexação das cópias das notas fiscais nos processos da carteira nacional de habilitação junto ao Detran-PR.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável.

Isto posto, emitimos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei 380/2003, na forma do Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 23.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI Nº 380/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 380/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, passa a vigorar com o seguinte conteúdo:

“PROJETO DE LEI Nº 380/2003

Torna obrigatória a anexação de cópias autênticas de notas fiscais de prestação de serviços dos Centros de Formação de Condutores nos processos de emissão de carteira nacional de habilitação.

Art. 1º - Ficam os Centros de Formação de Condutores obrigados a anexar, nos processos de emissão da carteira nacional de habilitação, as notas fiscais de prestação de serviços.

Art. 2º - O chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.10.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 380/2003

##### P A R E C E R :

Objetiva o nobre parlamentar ao apresentar esta proposta de lei, assegurar aos municípios o efetivo recolhimento do ISS. Tributo que é da competência dos municípios e, no caso, é devido pelos Centros de Formação de Condutores (Auto-Escolas), relativamente à prestação dos serviços que executam.

Para alcançar seu objetivo estabelece a obrigatoriedade de anexação, nos processos de emissão de carteiras de habilitação para condução de veículos, das notas fiscais relativas ao serviço prestado.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças manifestaram-se favoravelmente ao projeto, no que respeita às suas respectivas competências regimentais.

É patente o acerto da proposta legislativa e, não obstante já esteja erigida na legislação tributária a obrigatoriedade de emissão de notas fiscais e o recolhimento do imposto devido, pelos prestadores de serviços, a evasão fiscal infelizmente ocorre em detrimento da população dos municípios.

A presente lei servirá como instrumento para que a contratante dos serviços exija o documento fiscal a ele relativo. Favorável é o parecer desta Comissão de Segurança Pública ao projeto de lei de autoria do deputado Waldir Leite.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igreja e templos de qualquer culto. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCI, CF E COPTC. (Publ. no DA nº 056/2003, de 04/08/2003).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 381/2003

##### P A R E C E R :

##### Histórico

O Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a cobrança de

ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igreja e templos de qualquer culto.

##### Fundamentação

O projeto de lei está amparado pelo Constituição Federal, que assim dispõe em seu artigo 150, VI, "b":

"Art. 150 - Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

VI - instituir impostos sobre:

b) templos de qualquer culto;"

§ 4º - As vedações expressas no inciso VI, alínea b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

O projeto prevê a isenção do ICMS nas contas de água, luz, telefone e gás de igrejas e templos de qualquer natureza que sejam usados para a prática religiosa.

O projeto de lei vem apenas reafirmar aquilo que já está previsto expressamente na Constituição Federal, não possuindo qualquer restrição legal ou constitucional.

##### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 14.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 381/2003

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 381/2003, em análise, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, proíbe a cobrança de ICMS nas constas de serviços públicos estaduais à igrejas e templos de qualquer culto.

Trata-se de proposição que busca beneficiar instituições religiosas com a isenção do recolhimento do ICMS, sobre consumo de energia, água, telefone e gás, conforme especifica, as quais tem auxiliado pessoas carentes com atendimento assistencial, merecendo portanto a colocação de órgãos estaduais, de forma a compensar por esse trabalho em prol dos necessitados.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI Nº 381/2003

##### P A R E C E R :

Parecer ao Projeto de Lei nº 381/2003, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que proíbe a



cobrança de ICMS nas contas de serviços públicos estaduais a igrejas e templos de qualquer culto.

O referido projeto de lei, é de relevante inserção social, pois o mesmo beneficia instituições religiosas, tirando das mesmas um ônus que poderá se reverter em outros atendimentos sociais.

O projeto do nobre deputado destaca-se pela abrangência, visto o débito social dos governos para com tão importante segmento que muito tem cobrado para os menos favorecidos.

Favorável é o parecer.

Sala das Comissões, em 11.11.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

Em votação.

#### O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Senhor presidente, esse projeto que está em discussão agora, acredito que por equívoco das três Comissões, eles fundamentaram com o dispositivo constitucional da imunidade, sendo que no bojo ou até mesmo a argumentação que deu a entender no projeto de lei do deputado Edson Praczyk, seria um benefício.

Então, ela está eivada de erros, que, tenho certeza, se passou por esta Casa, não passará pela assessoria jurídica do Palácio e ela voltará com um veto justificado. Tenho certeza que o deputado, quando apresentou esse projeto de lei, estava imbuído de um interesse social que certamente o benefício, em sendo atribuído às entidades, às igrejas.

Então, pediria que as Comissões de acordo com o artigo 142, parágrafo 3º, façam a emenda corretiva, no sentido de sanear isso, justificando a legalidade e a constitucionalidade pelo parágrafo 6º do artigo 150 e não pelo parágrafo 4º, que é o da imunidade.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Hoje votará em 1ª votação.

Amanhã poderão ser procedidas as emendas necessárias ao referido projeto.

Em votação o referido projeto.

Deputados que aprovam. **Aprovado.**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, que obriga os escritórios modelo de assistência judiciária dos cursos de Direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal, segundo os critérios que determina e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE E SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 058/2003, de 11/08/2003).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 427/2003

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 427/2003, de autoria do senhor deputado Rafael Greca, tem por desígnio obrigar os escritórios-modelo de assistência judiciária dos cursos de

Direito das Universidades Públicas Estaduais a manterem plantão criminal, segundo os critérios que determina.

A justificativa que dá ensejo à conversão do projeto de lei ora sopesado em lei positivada, fundamenta-se no artigo 5º, LXXIV da nossa Carta Magna Federal, o qual ressalta a obrigatoriedade de prestação jurídica integral pelo Estado àqueles que provarem insuficiência de recursos.

Ademais, devido à relevância deste tema, deve-se fazer luzir ainda que o seu objetivo contribui tanto para a formação dos estudantes de Direito, quanto para o alcance de uma das obrigações sociais do Estado, a prestação jurídica gratuita aos economicamente desvalidos.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 427/2003

##### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Rafael Greca, tem por escopo obrigar os escritórios-modelo de assistência judiciária dos cursos de direito das Universidades Públicas Estaduais, a manterem plantão criminal, segundos os critérios que determina.

Quanto aos aspectos sobre o qual este parlamentar deve se manifestar, nada tem a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais, conforme relatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, no âmbito educacional relevante a este tema, é de fundamental importância salientar que este colabora com a melhoria da qualidade do ensino, além de auxiliar na formação dos estudantes que desejam ingressar no mercado de trabalho.

Diante desta situação, este parlamentar manifesta-se de modo favorável ao presente projeto.

Sala das Comissões, em 18.10.2003.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

TADEU VENERI - Relator

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 427/2003

##### P A R E C E R :

Diversos estudos já demonstraram que há um grande número de pessoas ilegalmente presas e que se mantêm nessa condição por não terem condições de contratar advogados e por não contarem com a assistência judiciária gratuita.

O Estado, ao tomar para si o poder de tutela, deve também assegurar as condições para que o processado possa exercer plenamente seu amplo direito de defesa.

Esse dever estatal está assegurado no inciso LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal:

“O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.”

A promoção da defesa daqueles que não estão sendo assistidos por advogados é a principal missão da Defensoria Pública.

CF artigo 134 - “A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, dos necessitados, na forma do artigo 5º, LXXIV.”

O que tem ocorrido é que a Defensoria Pública não está estruturada para atender plenamente a sua demanda.

Ações têm sido desenvolvidas por vários segmentos da sociedade, na forma do “Projeto Prisão em Flagrante” realizado pela Ordem dos Advogados do Brasil - Paraná. Em síntese, o projeto sob análise atribui aos escritórios-modelo a responsabilidade que é própria do Estado. A implementação da proposta, certamente enfrentará óbices administrativos e curriculares nas Universidades referidas no projeto de lei.

O trabalho dos estagiários deveria ser apenas complementar àquele já desenvolvido pelo Estado. O ideal seria que o projeto prevísse a forma como se dará a parceria entre a Defensoria Pública e os escritórios-modelo das Faculdades de Direito.

Ao atribuir funções estatais aos escritórios-modelo poder-se-á estar ocorrendo um desvio de finalidade dos espaços destinados ao estudo dos acadêmicos de direito.

Aprovada a proposição e convertida em lei, a sua regulamentação deverá atentar para todos esses aspectos, inclusive para as resoluções do Ministério da Educação e Cultura no atinente ao funcionamento dos escritórios-modelo, bem como, aos direitos e deveres dos estudantes.

Quanto aos aspectos constitucionais e legais já se manifestou a Comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade da proposição.

Além de manifestação pelo prosseguimento do trâmite da proposição, essa Comissão recomenda ao Poder Executivo que medidas sejam tomadas para reequipar a Defensoria Pública do Paraná para que esta possa cumprir sua função constitucional, na forma dos artigos 127 e 128 da Constituição Estadual.

“Art. 127 - A Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica integral e gratuita, a postulação e a defesa, em todas as instâncias, judicial e extrajudicial, dos direitos e dos interesses individuais e coletivos dos necessitados, na forma da lei.

Parágrafo Único - São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a impessoabilidade e a independência na função.

Art. 128 - Lei Complementar, observada a legislação federal, disporá sobre a organização, estrutura e fun-

cionamento da Defensoria Pública, bem como sobre os direitos, deveres, prerrogativa, atribuições e carreiras de seus membros.”

Dadas as condições para que a Defensoria Pública possa exercer de forma eficiente seu papel constitucional, os escritórios modelos poderão cumprir sua função social em caráter complementar às atividades já desenvolvidas pela ação estatal.

Feitas essas ressalvas, siga a proposição sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) TADEU VENERI - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

## ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003.)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 533/2003

### P A R E C E R :

Trata-se de projeto de lei apresentado pelo nobre deputado Luiz Nishimori, que especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada a se manifestar a respeito da proposição, a Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo desta Assembléia Legislativa concluiu pela sua inconstitucionalidade, sob o argumento de que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local, porque competiria aos municípios a expedição de alvará para a realização de shows e eventos de grande porte. Contudo, com o devido respeito ao entendimento, tal conclusão é equivocada.

Isso porque a proposição analisada não se destina a estabelecer critérios para a expedição de alvará municipal, que poderá ou não ser expedido pela municipalidade, segundo suas próprias normas.

A proposição, expressamente, objetiva textualmente ter muito claro os nomes dos responsáveis pela sua organização, sejam eles de natureza física ou jurídica, os quais serão responsabilizados em todos os aspectos legais em casos de tumulto, lesões corporais - fatais ou não - prejuízos materiais e/ou financeiros ou qualquer outro de ordem social e moral.

Objetiva a proposição sim, proteção do consumidor dos serviços remunerados de entretenimento abrangidos.

Ora, segundo a Constituição Federal, em seu artigo 24; compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal

legislar concorrentemente sobre; VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Logo, não há razão para entendimento de que a proposição seja tida como inconstitucional.

Cabe apenas um reparo: a proposta exige que o concedente da autorização mantenha em seu poder determinados documentos que enumera (artigo 4º). Contudo, o ideal é exigir que o produtor do evento mantenha em seu poder tais documentos.

Sendo assim, o voto submetido à apreciação dos demais integrantes desta Comissão é favorável à proposição, mas atribuindo ao seu artigo 4º, *caput* a redação seguinte: “a presente lei exige que o produtor do evento mantenha, e disponibilize a fiscalização, sob pena de interdição, os seguintes documentos:...”

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente  
DELEGADO BRADOCK - Relator

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 533/2003

P A R E C E R :

## **Relatório**

Especifica normas para a realização de festas ou eventos com cobrança de ingressos em todo o território do Estado do Paraná e dá outras providências.

## **Fundamentação**

Diante dos últimos incidentes ocorridos em Curitiba, torna-se necessário normas específicas para a realização de festas e eventos com cobrança de ingressos em todo o Estado. As atribuições da Comissão de Constituição e Justiça ao artigo 4º, bem como a relação dos documentos necessários, é o mínimo que se pode exigir para salvaguardar a integridade dos participantes, pagantes, deste tipo de eventos.

## **Conclusão**

Desta forma, este deputado é favorável ao projeto proposto e esperamos que o governo o coloque em prática.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

## **ITEM 08**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 093/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que propõe a transferência da jurisdição do município de Santo Antonio do Paraíso, na Ciretran de Assaí para a Ciretran de Cornélio Procópio. PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15.09.2003.)

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 093/2003

P A R E C E R :

Parecer à indicação que propõe a transferência da jurisdição do município de Santo Antonio do Paraíso, da Ciretran de Assaí, para a Ciretran de Cornélio Procópio.

Na forma do *caput* do artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia, “indicação é a proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.”

A matéria sob análise limita-se a indicar ao governador que altere a jurisdição da Ciretran.

Por se tratar de uma indicação, com a limitada eficácia legislativa já mencionada, não há nada que obste a tramitação regimental e seu encaminhamento ao Executivo Estadual.

Caberá às autoridades de trânsito do Paraná analisar a conveniência e a oportunidade de realizar a transferência sugerida pelo deputado.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
TADEU VENERI - Relator

## **ITEM 09**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Indicação nº 104/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação e a implantação da Delegacia do Idoso no Estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 080/2003, de 07.10.2003.)

# COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA INDICAÇÃO Nº 104/2003

P A R E C E R :

É nobre a iniciativa da deputada Luciana Rafagnin que sugere a criação e implantação da Delegacia do Idoso no Estado do Paraná, oferecendo atendimento exclusivo aos crimes praticados contra os idosos.

O atendimento aos idosos em uma delegacia comum, na qual crimes de outras procedências e maior grau de violência também são denunciados, muitas vezes deixam os cidadãos da terceira idade inseguros ou constrangidos inibindo-os de formularem as suas denúncias. Tal situação, além de outras como dificuldades de acesso, escadas, e falta de estrutura adequada, dificultam o acesso às delegacias, impedindo muitas vezes que as denúncias e a justiça sejam realizadas conforme objetiva a Constituição.

Uma delegacia especial traria, sem dúvida, um aumento no número de registros a favor dos idosos, assegurando-lhes o pleno exercício da cidadania e o respeito que lhes são devidos e conseqüentemente contribuindo para a diminuição do índice de criminalidade.

Sala das Sessões, em 18.11.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

## **ITEM 10**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 106/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que sugere a contratação de funcionários no IML de Ponta Grossa. PARE-

**CER FAVORÁVEL DA SP. Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13.10.2003.)**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 106/2003**

**P A R E C E R :**

Com a finalidade de sugerir ao Poder Executivo a contratação de funcionários para o IML de Ponta Grossa, o deputado Jocelito Canto apresentou a Indicação ora analisada nesta Comissão de Segurança Pública.

Justificando a proposta, o parlamentar enfatiza a precariedade do atendimento do Instituto Médico Legal daquela cidade, devido a falta de funcionários para o bom andamento dos trabalhos realizados. Mostra, ainda, haver sobrecarga de trabalho e virtude do grande número de municípios atendidos pelo IML de Ponta Grossa.

Em face dos fundamentos apresentados para justificar a proposição, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à presente indicação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) **DELEGADO BRADOCK** - Presidente  
**DURVAL AMARAL** - Relator

**ITEM 11**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 109/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que propõe a instalação de um posto de atendimento do Detran no município de Guaratuba. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovada. (Publ. no DA nº 083/2003, de 15/10/2003).**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 109/2003**

**P A R E C E R :**

Tendo por objetivo sugerir ao Poder Executivo a criação de um posto de atendimento do Detran no município de Guaratuba, o ilustre deputado estadual Nelson Justus apresentou a indicação ora analisada nesta Comissão de Segurança Pública.

Os serviços relacionados ao Detran para toda a população da região litorânea são feitos em Paranaguá, e devido à distância de Guaratuba daquele município é em muito dificultado o acesso da população aos serviços prestados, tais como a requisição de documentos e exames teóricos e práticos, demandando várias viagens e grande custo aos usuários. A solicitação do parlamentar está embasada em ofício do presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, solicitando tal providência ao Poder Executivo através do Detran/PR.

Comungando com o mérito dos fundamentos apresentados para justificar a proposição, esta Comissão de Segurança Pública emite seu parecer favorável à presente indicação.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) **DELEGADO BRADOCK** - Presidente  
**DURVAL AMARAL** - Relator

**ITEM 12**

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 110/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, que sugere a implantação de uma unidade do Instituto Médico Legal, no município de Medianeira. **PARECER FAVORÁVEL DA SP. Aprovada. (Publ. no DA nº 085/2003, de 20/10/2003).**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INDICAÇÃO Nº 110/2003**

**P A R E C E R :**

A proposição tem sua origem na solicitação da Câmara Municipal de Medianeira, conforme ofício daquele Legislativo encaminhado ao deputado autor e que consta dos autos.

Na forma do *caput* do artigo 128 do Regimento Interno da Assembleia, "indicação é a proposição de qualquer deputado, sugerindo a manifestação da Assembleia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo".

A matéria sob análise limita-se a indicar ao governador que, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, implante unidade do Instituto Médico Legal - IML, no município de Medianeira.

A eficácia legislativa de uma indicação é limitadíssima e somente se diferencia de um ofício comum por receber a chancela do Poder Legislativo como um todo.

A indicação não tem eficácia cogente, pois fica a critério do chefe do Poder Executivo, com base na conveniência e oportunidade, decidir pela implementação ou não da proposta.

Deve-se destacar a importância de tal medida, pois amplia serviços à comunidade, evitando prolongadas horas e dias de espera por um simples exame de lesões corporais ou um laudo cadavérico.

Por se tratar de uma indicação com a limitada eficácia legislativa já mencionada, não há nada que obste a tramitação regimental e seu encaminhamento ao Executivo Estadual. Siga a proposição sua tramitação regimental. É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.11.2003.

(aa) **DELEGADO BRADOCK** - Presidente  
**TADEU VENERI** - Relator

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Somente para registrar e dizer que a Bancada do PT parabeniza nossos deputados Pedro Ivo, que esteve de aniversário no dia de ontem; deputado Elton Welter, que esteve aniversariando no domingo, dia 23; e também o nosso presidente do PT, deputado André Vargas, que estará de aniversário no dia 28, próxima sexta-feira.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2717, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2720 e 2721, de autoria do deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2723, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2724, de autoria do deputado Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2729, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 2730, de autoria do deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2731 a 2735, de autoria do deputado Angelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2737, de autoria do deputado Fernando Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2738, de autoria do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 246/2003 e 669/2003.

Levanta-se a Sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DOUTOR LUCIANO E EM SESSÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2003.

#### Carta Aberta

Comitê Nacional

25 de novembro é a data instituída como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, prevista na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, adotada em 1994, pela Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos.

Ela foi ratificada pelo Brasil em 1995 e é uma conquista das mulheres. No nosso país essa Convenção tem força de lei, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º da Constituição Federal.

Em todos os países a violência de gênero tem se revelado tanto no âmbito doméstico como no público, nas

diversas camadas sociais, raças e etnias, expressando a desigualdade entre homens e mulheres. Todo dia exemplos próximos chegam às Delegacias Especializadas da Mulher e ao Instituto Médico Legal. São vítimas de abusos físicos, psicológicos e sexuais provocados por maridos, companheiros, pais ou por outros homens das relações familiares das mulheres.

Homens que agredem ao amor: de mãe, mulher, filha e companheira. Nossos filhos sofrem com as marcas e o sofrimento visíveis. Por isso temos que nos defender e estarmos alertas para as consequências da violência doméstica sobre a formação de nossos filhos.

Sabemos que a maioria dos agressores foi vítima quando criança, gerando assim a reprodução contínua da violência. Não se justifica continuar existindo este círculo vicioso. É preciso um basta!

A agressão contra a mulher é um dos elos causais da violência que agride a todos e constitui uma violência aos direitos humanos e às liberdades fundamentais.

No Brasil, a cada 15 segundos uma mulher é agredida. São 21 milhões de mulheres espancadas por ano, 175 mil por mês, 6 mil por dia, 243 por hora.

Os caminhos para a eliminação da violência de gênero são complexos, necessitando do reconhecimento de que é um grave problema de saúde pública e representa um enorme desafio para o conjunto da sociedade. Exigem respostas de todos para o grave problema.

Para a mudança desta realidade no Paraná, as instâncias de mulheres dos Partidos Políticos e as entidades do movimento organizado de mulheres reivindicam às autoridades competentes políticas públicas mais efetivas, abrangentes, articuladas e contínuas, tais como:

- criação da Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres com estrutura e orçamento próprios condizentes com as suas demandas;

- reestruturação do Conselho Estadual da Mulher do Paraná, vinculado à Secretaria Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, com caráter deliberativo e fiscalizador e de composição partidária entre governos e sociedade civil;

- implementação dos instrumentos de combate às redes nacional e internacional de turismo sexual e de exploração sexual de mulheres, crianças e adolescentes;

- implantação do Plano Estratégico de Estruturação da Rede de Atendimento à Mulher Vítima de Violência que compreenda a oferta de equipamentos sociais - unidades de saúde, hospitais, delegacias especializadas, casas-abrigo - com atendimento por 24 horas e profissionais qualificadas/os para a área jurídica, psicológica e social; que o Exame do Corpo de Delito nas Vítimas de Violência Sexual seja feito nas Unidades de Saúde de Referência; um sistema de informação dos casos de violência integrado às Delegacias, IML, Unidade de Saúde e outros serviços correlatos; Defensoria Pública em todas as comarcas do Estado; promoção e difusão de estudos e pesquisas que visem ampliar a compreensão da sociedade sobre a influência da violência doméstica e sexual na liberdade sexual e reprodutiva e na saúde da mulher."